

**GUDRIAN MARCELO LOUREIRO DE LIMA**

**IMPACTO DA ADOÇÃO DAS IFRS (*INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS*) EM INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS NAS COMPANHIAS ABERTAS.**

Monografia apresentada para a obtenção de título de Especialista em Contabilidade e Finanças no Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Msc. Moisés Prates Silveira

**CURITIBA  
2011**

A minha esposa e filha,  
pela paciência e compreensão.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor e orientador Msc. Moises Prates Silveira pela compreensão no desenvolvimento desta pesquisa e por ter me concedido a oportunidade de Ingressar no Curso de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná

Agradeço aos demais professores pelos conhecimentos transmitidos que foi importante em minha formação pessoal e profissional, e em especial ao Professor Jaime Bettoni (*in memoriam*) que ajudou no desenvolvimento de um projeto de redução do endividamento bancário através do parcelamento de tributos, que trouxe reconhecimentos profissionais.

Por fim, agradeço a minha esposa e filha que sofreram pela minha ausência nesta longa jornada, mas que me apoiaram e incentivaram na continuidade dos estudos.

## RESUMO

Diante da atual conjuntura da globalização e a internacionalização das empresas, torna-se necessário que o mundo inteiro caminhe para um entendimento cada vez mais padronizado, seja qual for a área. A contabilidade sendo uma ferramenta muito poderosa de gestão e tomada de decisão se feita de forma correta e conclusiva, não foge a esse preceito, pois cada vez mais estão diminuindo as fronteiras de investimento, seja qual for o setor. Para isso, a internacionalização dos demonstrativos contábeis e financeiros, que são as principais fontes de informações dos investidores, necessita ser entendidas em qualquer parte do mundo de maneira uniforme, para que não haja dúvidas sobre as decisões a serem tomadas.

Com a adoção das normas internacionais pelas empresas que publicavam seus balanços pelo formato brasileiro fica a questão de que a conversão dos demonstrativos econômicos para as normas internacionais possam causar alterações nos indicadores econômico-financeiros. A fim de atender este objetivo, foi utilizada a metodologia qualitativa com procedimentos de pesquisa descritiva e análise documental. Foram levantados os balanços de todas as empresas listadas na bolsa de valores, com o intuito de identificar quais já publicaram as demonstrações financeiras em conformidade das IFRS. Ao identificar quais são estas empresas foi eleita uma delas por critérios de acessibilidade e conveniência. Através das demonstrações financeiras foi possível elaborar os índices econômicos destes demonstrativos no formato BRGAAP e pelo formato IFRS, sendo assim realizado a comparação dos índices. Os resultados dos comparativos revelaram a existência de alteração nos indicadores. Com a aplicação do comparativo pode-se concluir com a pesquisa que a adoção das normas IFRS pelas empresas brasileiras listadas na bolsa de valores gerou alterações significativas em indicadores econômico-financeiros. A presente pesquisa não compreendeu a análise das demais vinte e cinco empresas que também publicaram os demonstrativos financeiros nas normas IFRS, sendo assim não se generaliza os resultados obtidos nesta pesquisa para estas empresas.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Petróleo, Gás e Biocombustíveis .....	11
Tabela 2 – Materiais Básicos.....	12
Tabela 3 – Bens Industriais .....	12
Tabela 4 – Construção e Transporte.....	12
Tabela 5 – Consumo Não Cíclico .....	12
Tabela 6 – Consumo Cíclico.....	13
Tabela 7 – Tecnologia da Informação.....	13
Tabela 8 - Telecomunicações .....	13
Tabela 9 – Utilidade Pública .....	13
Tabela 10 – Financeiro e Outros.....	13
Tabela 11 – Análise Vertical dos Índices: BRGAAP .....	27
Tabela 12 – Análise Dinâmica: BRGAAP .....	27
Tabela 13 – Análise Avançada do Capital de Giro: BRGAAP.....	28
Tabela 14 – Demais Índices: BRGAAP .....	29
Tabela 15 – Dados para Obtenção do Gráfico NCG x CCL (BRGAAP).....	29
Tabela 16 – Análise Vertical dos Índices: IFRS.....	30
Tabela 17 – Análise Dinâmica: IFRS .....	31
Tabela 18 – Análise Avançada do Capital de Giro: IFRS .....	32
Tabela 19 – Demais Índices: IFRS .....	32
Tabela 20 – Dados para Obtenção do Gráfico NCG x CCL (IFRS).....	33
Tabela 21 – Comparativo BRGAAP x IFRS do Índice de Liquidez Seca.....	35
Tabela 22 – Comparativo BRGAAP x IFRS do Índice de Liquidez Corrente.....	35
Tabela 23 – Comparativo BRGAAP x IFRS do Índice de Liquidez Geral .....	36
Tabela 24 – Comparativo BRGAAP x IFRS do Índice de Participação de CT .....	36
Tabela 25 – Comparativo BRGAAP x IFRS do Índice de Composição das Exigibilidades ....	38
Tabela 26 – Comparativo BRGAAP x IFRS do Índice de Imobilizações de Recursos .....	38
Tabela 27 – Comparativo BRGAAP x IFRS do Índice de Margem Líquida .....	39
Tabela 28 – Comparativo BRGAAP x IFRS do Índice de Giro do Ativo.....	39
Tabela 29 – Comparativo BRGAAP x IFRS do Índice de Rentabilidade do Ativo .....	39
Tabela 30 – Comparativo BRGAAP x IFRS do Índice de Rentabilidade do Patrimônio .....	40
Tabela 31 – Comparativo BRGAAP x IFRS da Análise Dinâmica.....	40
Tabela 32 – Comparativo BRGAAP x IFRS dos Demais Índices .....	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução NCG x CCL (BRGAAP) ..... 30

Gráfico 2: Evolução NCG x CCL (IFRS)..... 34

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCA: Associação Brasileira das Companhias Abertas  
AC: Ativo Circulante  
ACC: Contas Cíclicas do Ativo  
ACF: Contas Cíclicas Financeiras  
ANC: Contas Não-Cíclicas do Ativo  
APIMEC: Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais  
AUT: Auto Financiamento  
Bacen: Banco Central do Brasil  
BM&FBOVESPA: Bolsa de Valores de São Paulo  
BRGAAP: Normas Brasileiras de Contabilidade  
CAIXA: Caixa Econômica Federal  
CCL: Capital Circulante Líquido  
CFC: Conselho Federal de Contabilidade  
CNI: Confederação Nacional da Indústria  
CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis  
CT: Capital de Terceiros  
CVM: Comissão de Valores Mobiliários  
FEMCO: Fundação Cosipa de Seguridade Social  
FENABRAN: Federação Brasileira de Bancos  
FIECAFI: Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuárias e Financeiras  
IAS: International Accounting Standards  
IASB: International Accounting Standards Board  
IASC: International Accounting Standards Committee  
IBRACON: Instituto dos Auditores Independentes do Brasil  
IFRIC: International Financial Reporting Interpretations Committee  
IFRS: International Financial Reporting Standards  
IOG: Investimento Operacional em Giro  
JSCP: Juros sobre Capital Próprio  
NCG: Necessidade Capital de Giro  
PC: Passivo Circulante  
PCC: Contas Cíclicas do Passivo  
PCO: Contas Cíclicas Onerosas  
PNC: Contas Não-Cíclicas do Passivo  
ROB: Receita Operacional Bruta  
SIC: Standing Interpretations Committee  
SRFB: Secretária da Receita Federal do Brasil  
ST: Saldo de Tesouraria  
SUSEP: Superintendência de Seguros Privados  
USIMINAS: Usinas Sid. e Minas Gerais S.A.

## SUMÁRIO

1	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA .....	6
2	QUESTÃO DE PESQUISA .....	7
3	OBJETIVOS.....	8
3.1	GERAL .....	8
3.2	ESPECIFICOS.....	8
4	JUSTIFICATIVA.....	9
5	ASPECTOS METODOLÓGICOS .....	10
5.1	QUANTO A ABORDAGEM DO PROBLEMA.....	10
5.2	QUANTO AOS OBJETIVOS DA PESQUISA.....	10
5.2	QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	10
6	DESCRIÇÃO DA AMOSTRA, COLETA E ANÁLISE DE DADOS .....	11
6.1	SELEÇÃO DA AMOSTRA .....	11
6.2	COLETA DE DADOS .....	14
6.3	ANÁLISE DE DADOS .....	14
7	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	15
7.1	PROCESSO DE HARMONIZAÇÃO DAS IFRS .....	15
7.2	<i>INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD - IASB</i> .....	16
7.3	NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE .....	17
7.4	COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC.....	19
7.5	INDICES.....	20
7.5.1	Índices de Liquidez.....	20
7.5.1.1.	Liquidez Seca.....	20
7.5.1.2.	Liquidez Corrente .....	21
7.5.1.3.	Liquidez Geral .....	21
7.5.2	Estrutura de Capital e Endividamento.....	21
7.5.2.1.	Participação em Capitais de Terceiros .....	22
7.5.2.2.	Composição das Exigibilidades.....	22
7.5.2.3.	Imobilização de Recursos .....	22
7.5.2.4.	Imobilização do Patrimônio Líquido.....	23
7.5.3	Índices de Lucratividade e Rentabilidade .....	23



7.5.3.1.	Giro do Ativo.....	23
7.5.3.2.	Margem Líquida.....	24
7.5.3.3.	Rentabilidade do Ativo.....	24
7.5.3.4.	Rentabilidade do Patrimônio Líquido.....	25
7.5.4	Análise Dinâmica.....	25
8	ANALISE ECONOMICA FINANCEIRA.....	26
8.1	ANALISE COMPARATIVA DE ÍNDICES (BRGAAP X IFRS).....	26
8.1.1	Liquidez Seca.....	34
8.1.2	Liquidez Corrente.....	35
8.1.3	Liquidez Geral.....	35
8.1.4	Participação de Capital de Terceiros.....	36
8.1.5	Composição das Exigibilidades.....	37
8.1.6	Imobilizações de Recursos.....	38
8.1.7	Margem Líquida.....	38
8.1.8	Giro do Ativo.....	39
8.1.9	Rentabilidade do Ativo.....	39
8.1.10	Rentabilidade do Patrimônio.....	39
8.1.11	Análise Dinâmica.....	40
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	42
9.1	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
9.2	RECOMENDAÇÕES.....	43
10	REFERENCIAS.....	44
	ANEXOS.....	47

## 1 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

Devido a normatização mundial da contabilidade, em que muitos países estão aderindo, em virtude da necessidade de apresentar informações aos investidores de tal forma que possa ser realizado a comparação de segmentos de diferentes localizações. O Brasil deu um passo importante neste cenário, pois a pouco iniciou a obrigatoriedade das empresas adotarem normas contábeis padronizadas as normas internacionais. Contudo as empresas brasileiras que realizaram a adequação das normas IFRS (*International Financial Reporting Standards*) em seus demonstrativos podem ter gerado alterações nos indicadores econômico-financeiros, sendo propício explorar a interferência nos índices econômico-financeiros das empresas de capital aberto com a adoção das IFRS (*International Financial Reporting Standards*), explorando as IFRS (*International Financial Reporting Standards*) adotadas pelas empresas de capital aberto os índices econômico-financeiros a serem utilizados para comparar as demonstrações financeiras das empresas de capital aberto antes e depois da adoção das IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e por fim evidenciar quais alterações nos índices econômico-financeiros.

## 2 QUESTÃO DE PESQUISA

Houve alteração nos índices econômico-financeiros em decorrência da adoção das IFRS (*International Financial Reporting Standards*)?

### 3 OBJETIVOS

Os objetivos da elaboração desta pesquisa visam disponibilizar uma contribuição para o meio acadêmico e estão apresentadas em seqüência.

#### 3.1 GERAL

Determinar se houve alteração nos índices econômico-financeiros em decorrência da adoção das IFRS (*International Financial Reporting Standards*).

#### 3.2 ESPECIFICOS

Discorrer sobre os índices econômico-financeiros; Discorrer sobre as IFRS (*International Financial Reporting Standards*); Determinar as empresas de capital aberto que adotaram as IFRS (*International Financial Reporting Standards*); Demonstrar os índices econômico-financeiros antes e depois da adoção das IFRS (*International Financial Reporting Standards*); Comparar os resultados dos índices econômico-financeiros.

#### **4 JUSTIFICATIVA**

O tema abordado nesta pesquisa justifica-se pela importância da constante atualização e renovação do conhecimento sobre os procedimentos contábeis, também é importante ressaltar o movimento de harmonização das normas brasileiras para as normas internacionais de contabilidade.

Diante disso, além da conveniência a pesquisa incorre em implicações práticas levando em consideração a relevância do assunto, que tem levantado discussões nas mais diferentes áreas de atuação da contabilidade, principalmente entre profissionais que atuam em grandes companhias ou que atuam como docentes em cursos da área contábil.

## 5 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa são descritos como segue.

### 5.1 QUANTO A ABORDAGEM DO PROBLEMA

Quanto a abordagem do problema a pesquisa será qualitativa, pois a pesquisa não prevê a aplicação de algum instrumento estatístico, de acordo com Beuren (2008, p.92), “a abordagem qualitativa não emprega um instrumento estatístico como base do processo de análise do problema”.

### 5.2 QUANTO AOS OBJETIVOS DA PESQUISA

A pesquisa terá o aspecto de pesquisa descritiva, pois de acordo com Beuren (2008, P. 81), “a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população”.

### 5.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

O procedimento de pesquisa adotado é o documental. Segundo Beuren (2008, p. 135), “Na pesquisa documental, as fontes de coleta são mais diversificadas e dispersas, sendo que os dados são compilados pelo próprio estudante”.

Os documentos de segunda mão serão utilizados para a elaboração da pesquisa, sendo que Beuren (2008, p. 89), afirma que “a pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados”.

## 6 DESCRIÇÃO DA AMOSTRA, COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Os procedimentos de amostra, coleta e análise de dados utilizados nesta pesquisa são descritos como segue.

### 6.1 SELEÇÃO DA AMOSTRA

A amostragem será por acessibilidade ou por conveniência, pois as empresas listadas na Bolsa de Valores (BM&FBOVESPA) publicam seus demonstrativos financeiros pela legislação societária brasileira, porém algumas empresas também realizam a publicação destes demonstrativos adequados as IFRS, como não há uma listagem das empresas que realizam a publicação dos demonstrativos financeiros adequado aos IFRS, é necessário verificar as demonstrações financeiras de todas as empresas listadas na Bolsa de Valores, sendo assim utilizaremos a população para identificar quais são estas empresas, descartando apenas as empresas classificadas no subsetor “Fundos” que compreendem 129 empresas, ao identificar quais são as empresas objetos da pesquisa utilizaremos uma amostra para atingir os objetivos, sendo esta amostra por acessibilidade ou por conveniência.

Estaremos trabalhando com uma listagem obtida no site da Bolsa de Valores que compreendem as empresas listadas até o dia 23/09/2010, sendo assim o total de empresas pesquisadas compreende 510 empresas, sendo que destas apenas 26 empresas publicaram seus demonstrativos financeiros adequados ao IFRS.

Abaixo são apresentados as tabelas por setor econômico das empresas, demonstrando assim quantas empresas foram pesquisadas por setor econômico e quantas destas publicaram as demonstrações financeiras adequadas ao IFRS.

**Tabela 1 – Petróleo, Gás e Biocombustíveis**

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	EMPRESAS	
		TOTAL	IFRS
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	6	0
Total por Setor:		6	0

Fonte: Adaptado site BM&FBOVESPA – Empresas Listadas – Setor de Atuação.

A Tabela 1 apresenta 6 empresas pesquisadas e nenhuma publicou as demonstrações financeiras adequadas ao IFRS.

**Tabela 2 – Materiais Básicos**

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	EMPRESAS	
		TOTAL	IFRS
Materiais Básicos	Mineração	5	0
	Siderurgia e Metalurgia	15	3
	Químicos	13	0
	Madeira e Papel	9	0
	Embalagens	4	0
	Materiais Diversos	4	0
Total por Setor:		50	3

Fonte: Adaptado site BM&FBOVESPA – Empresas Listadas – Setor de Atuação.

A Tabela 2 apresenta 50 empresas pesquisadas e 3 publicaram as demonstrações financeiras adequadas ao IFRS.

**Tabela 3 – Bens Industriais**

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	EMPRESAS	
		TOTAL	IFRS
Bens Industriais	Material de Transporte	14	2
	Equipamentos Elétricos	1	0
	Máquinas e Equipamentos	13	2
	Serviços	5	0
	Comércio	3	0
Total por Setor:		36	4

Fonte: Adaptado site BM&FBOVESPA – Empresas Listadas – Setor de Atuação.

A Tabela 3 apresenta 36 empresas pesquisadas e 4 publicaram as demonstrações financeiras adequadas ao IFRS.

**Tabela 4 – Construção e Transporte**

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	EMPRESAS	
		TOTAL	IFRS
Construção e Transporte	Construção e Engenharia	38	0
	Transporte	37	3
Total por Setor:		75	3

Fonte: Adaptado site BM&FBOVESPA – Empresas Listadas – Setor de Atuação.

A Tabela 4 apresenta 75 empresas pesquisadas e 3 publicaram as demonstrações financeiras adequadas ao IFRS.

**Tabela 5 – Consumo Não Cíclico**

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	EMPRESAS	
		TOTAL	IFRS
Consumo Não Cíclico	Agropecuária	3	0
	Alimentos Processados	21	2
	Bebidas	1	1
	Fumo	1	1
	Prods. de Uso Pessoal e de Limpeza	2	1
	Saúde	8	0
	Diversos	1	0
	Comércio e Distribuição	5	0
Total por Setor:		42	5

Fonte: Adaptado site BM&FBOVESPA – Empresas Listadas – Setor de Atuação.



A Tabela 5 apresenta 42 empresas pesquisadas e 5 publicaram as demonstrações financeiras adequadas ao IFRS.

**Tabela 6 – Consumo Cíclico**

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	EMPRESAS	
		TOTAL	IFRS
Consumo Cíclico	Tecidos, Vestuário e Calçados	28	3
	Utilidades Domésticas	7	0
	Mídia	4	1
	Hotelaria e Restaurantes	3	0
	Lazer	9	0
	Diversos	8	0
	Comércio	11	2
Total por Setor:		70	6

Fonte: Adaptado site BM&FBOVESPA – Empresas Listadas – Setor de Atuação.

A Tabela 6 apresenta 70 empresas pesquisadas e 6 publicaram as demonstrações financeiras adequadas ao IFRS.

**Tabela 7 – Tecnologia da Informação**

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	EMPRESAS	
		TOTAL	IFRS
Tecnologia da Informação	Computadores e Equipamentos	3	0
	Programas e Serviços	5	0
Total por Setor:		8	0

Fonte: Adaptado site BM&FBOVESPA – Empresas Listadas – Setor de Atuação.

A Tabela 7 apresenta 8 empresas pesquisadas e nenhuma publicou as demonstrações financeiras adequadas ao IFRS.

**Tabela 8 - Telecomunicações**

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	EMPRESAS	
		TOTAL	IFRS
Telecomunicações	Telefonia Fixa	12	2
	Telefonia Móvel	5	0
Total por Setor:		17	2

Fonte: Adaptado site BM&FBOVESPA – Empresas Listadas – Setor de Atuação.

A Tabela 8 apresenta 17 empresas pesquisadas e 2 publicaram as demonstrações financeiras adequadas ao IFRS.

**Tabela 9 – Utilidade Pública**

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	EMPRESAS	
		TOTAL	IFRS
Utilidade Pública	Energia Elétrica	65	0
	Água e Saneamento	6	0
	Gás	2	0
Total por Setor:		73	0

Fonte: Adaptado site BM&FBOVESPA – Empresas Listadas – Setor de Atuação.

A Tabela 9 apresenta 73 empresas pesquisadas e nenhuma publicou as demonstrações financeiras adequadas ao IFRS.

**Tabela 10 – Financeiro e Outros**

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	EMPRESAS	
		TOTAL	IFRS
Financeiro e Outros	Intermediários Financeiros	38	1

	Securitizadoras de Recebíveis	25	0
	Serviços Financeiros Diversos	9	2
	Previdência e Seguros	6	0
	Exploração de Imóveis	11	0
	Holdings Diversificadas	8	0
	Outros	35	0
	Outros Títulos	1	0
Total por Setor:		133	3

Fonte: Adaptado site BM&FBOVESPA – Empresas Listadas – Setor de Atuação.

A Tabela 10 apresenta 133 empresas pesquisadas e 3 publicaram as demonstrações financeiras adequadas ao IFRS.

## 6.2 COLETA DE DADOS

Com o emprego de banco de dados das demonstrações financeiras das empresas analisadas será possível interpretar os dados coletados para responder a questão de pesquisa.

Coletar dados é juntar as informações necessárias para o desenvolvimento dos raciocínios previstos nos objetivos. No caso de uma monografia, a referência para a coleta são os objetivos específicos. No caso de um relatório, as referências de coleta são o objetivo geral, e as variáveis que se desejem testar para a hipótese nele contido. (SANTOS, 1999 p.74)

O banco de dados será composto pelos demonstrativos financeiros publicados no site da Bolsa de Valores das empresas que publicam estes demonstrativos adequados aos IFRS.

## 6.3 ANÁLISE DE DADOS

Interpretativo em relação aos dados analisados, pois após a elaboração dos índices econômicos financeiros através dos demonstrativos financeiros adequados as IFRS, haverá a necessidade de analisar estes dados para interpretação das suas resultantes. Conforme Beuren (2008, p.136), “A análise de dados está presente em vários estágios de investigação científica”.

## 7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para iniciarmos o presente estudo é importante que seja realizado um panorama histórico do desenvolvimento das operações internacionais de comércio.

### 7.1 PROCESSO DE HARMONIZAÇÃO DAS IFRS

Com o processo de globalização acentuado nas últimas décadas, a proximidade dos mercados mundiais vem acarretando conseqüências para a área de negócios. A globalização possibilitou que as empresas possam captar recursos em mercados menos onerosos e reaplicá-los em mercados com melhores oportunidades, porém este processo é dificultado devido à falta de demonstrações padronizadas, e isso ocorre porque a contabilidade tem características impares em cada região ou país.

Conforme Leite (2004, p20), “a economia global em pleno crescimento e as pressões de mercado estão conduzindo à exigência de um conjunto de normas transparentes e de relatórios contábeis comparáveis para uso em todo o mundo”, e conforme Franco (1999, p.152), “O mundo não é mais um mercado baseado em características nacionais, mas um mercado no qual fluem os fundos e os investimentos são feitos durante as 24 horas do dia”. Nesse ambiente, as companhias não buscam mais investimentos de capital em seus mercados locais. Eles são procurados em locais que fornecem esses capitais ao mais baixo custo.

Devido ao ambiente a contabilidade é amplamente influenciada, assim as demonstrações contábeis perdem seu principal papel que é gerar informações úteis e de qualidade para auxiliar seus usuários, conforme Niyama (2008, p.15), “Valores culturais, tradição histórica, estrutura política, econômica e social acabam refletindo nas práticas contábeis de uma nação e, conseqüentemente, a evolução das mesmas pode estar vinculada ao nível de desenvolvimento econômico de cada país”.

Sendo assim, devido aos ambientes onde as companhias estão instaladas ser diferentes de sua matriz, entenda-se ambiente como país, as companhias encontram dificuldades para reportarem para a matriz ou para outros usuários, suas

informações financeiras e econômicas, sendo que para Leite (2001, p.30), “os investidores são atraídos para mercados que eles conhecem e nos quais confiam. Por essa razão, os países que adotam normas contábeis reconhecidas internacionalmente, e por eles entendidas, terão significativa vantagem sobre os demais”, assim diminuindo os riscos para os investidores.

Desse modo, pode-se compreender que a contabilidade internacional excede o simples propósito geral, que seria limitado a seu sentido nacional, para alcançar:

- a) a análise comparativa internacional;
- b) as técnicas contábeis e as questões de formulações dos relatórios que são advindas de negócios multinacionais e da própria forma como as multinacionais negociam;
- c) as necessidades contábeis dos mercados de capitais;
- d) a harmonização mundial da contabilidade e a elaboração das demonstrações financeiras oriundas das atividades políticas, organizacionais, profissionais e cotidianas.

## 7.2 INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD - IASB

Para ocorrer uma harmonização contábil de âmbito internacional necessitou que organismos interessados buscassem uma interligação, através de esforços para que tal objetivo fosse atingido, Niyama (2008, p.40), afirma que “A busca de uma harmonização contábil internacional tem envolvido iniciativas de diversos organismos em nível mundial”.

Com isso em 2001 surge o *International Accounting Standards Board* – IASB que teve seu início através do *International Accounting Standards Committee* - IASC, fundado em 1973, onde que Junior (2009) descreve que a criação do comitê se deu pela sugestão ocorrida no 10º Congresso Internacional de Contadores em Melbourne (Austrália, no ano de 1972. O objetivo do IASC de acordo com Junior (2009, p.2), era de “formular e publicar de forma totalmente independente um novo padrão de normas contábeis internacionais que pudesse ser mundialmente aceito”.

O IASC criou o *Standing Interpretations Committee* – SIC no ano de 1997, um comitê técnico dentro da estrutura do IASC, onde que o objetivo era de responder as dúvidas de interpretações dos usuários.

Conforme Niyama (2008) descreve que o IASB é subordinado à Fundação IASC, que possui 19 (dezenove) curadores, dos quais indicam os membros do colegiado do IASB. A Comunidade Européia no ano de 2001 estabelece a adesão às normas internacionais de contabilidade.

O IASB teve como objetivo inicial de realizar um trabalho de revisão das normas internacionais existentes, emitiu novas regras para formar um conjunto de normas contábeis a serem adotados para direcionar e padronizar a forma de como as empresas européias deveria preparar e divulgar suas demonstrações financeiras. O IASB alterou o nome dos pronunciamentos internacionais de *International Accounting Standards* – IAS, para *International Financial Reporting Standards* – IFRS, conforme Junior (2009, p.2) descreve que “o novo nome que foi escolhido pelo IASB demonstrou a vontade do comitê de transformar progressivamente os pronunciamentos contábeis anteriores em novos padrões internacionais”.

Neste mesmo ano o SIC foi mudado para *International Financial Reporting Interpretations Committee* – IFRIC, ficando sob sua responsabilidade a publicação de todas as interpretações sobre o conjunto de normas internacionais. Posteriormente este órgão interpretativo do IASB passou a se chamar *IFRS Interpretations Committee*.

### 7.3 NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Segundo Junior (2009, p.49) “No período de 1975 a 2001, o IASC emitiu uma série de 41 pronunciamentos, dos quais 29 estão em vigor”. O IASB emitiu 9 pronunciamentos denominados IFRS, conforme mencionado IASC emitiu 29 IAS ainda em vigor, baixo foi elencados os pronunciamentos em vigor.

Pronunciamentos emitidos pelo IASB:

- IFRS 1 – Adoção Inicial das IFRS;
- IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações;
- IFRS 3 – Combinação de Negócios;
- IFRS 4 – Contratos de Seguros;

IFRS 5 – Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas;

IFRS 6 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais;

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação;

IFRS 8 – Relatório por Segmento;

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (Substituição das IAS 39)

Pronunciamentos emitidos pelo então IASC:

IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras;

IAS 2 – Estoques;

IAS 7 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa;

IAS 8 – Políticas Contábeis, Estimativas e Erros;

IAS 10 – Eventos Subseqüentes;

IAS 11 – Contratos de Construção;

IAS 12 – Imposto de Renda;

IAS 16 – Imobilizado;

IAS 17 – Arrendamento Mercantil;

IAS 18 – Reconhecimento de Receitas;

IAS 19 – Benefícios a Empregados;

IAS 20 – Subvenção e Assistência Governamentais;

IAS 21 – Efeitos das Alterações nas Taxas de Câmbio;

IAS 23 – Custos de Empréstimos;

IAS 24 – Divulgação de Partes Relacionadas;

IAS 26 – Contabilização e Relatórios de Benefícios de Aposentadoria;

IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas;

IAS 28 – Investimentos em Coligadas;

IAS 29 – Demonstrações Contábeis em Economias Hiperinflacionárias;

IAS 31 – Interesses em Empreendimentos em Conjunto;

IAS 32 – Apresentação de Instrumentos Financeiros;

IAS 33 – Resultado por Ação;

IAS 34 – Demonstrações Financeiras Intermediárias;

IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;

IAS 37 – Provisões, Contingências Passivas e Contingências Ativas;

IAS 38 – Ativos Intangíveis;

IAS 39 – Reconhecimento e Mensuração de Instrumentos Financeiros;

IAS 40 – Propriedades para Investimento;

IAS 41 – Ativo Biológico e Produto Agrícola.

#### 7.4 COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC

O Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC foi criado pela Resolução nº 1.055/05 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com o objetivo principal conforme Junior (2009, p.140) “de adaptar as normas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade”.

A criação do CPC foi necessária em virtude, segundo Junior (2009, p.140), do “Projeto de Lei nº 3741/2000 que depois de aprovado foi transformado na Lei nº 11.638/07”. Após a Lei 11.638/07 que alterou a Lei 6.404/76 foi sancionada a Lei nº 11.941/09 este conjunto de Leis iniciaram o processo de adaptação das normas brasileiras as IFRS.

O CPC é composto por 6 (seis) entidades, sendo a Associação Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA, Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBOVESPA, Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuárias e Financeiras – FIPECAFI e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, além de membros convidados sem direito a voto como o Banco Central do Brasil – Bacen, Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Secretária da Receita Federal do Brasil – SRFB, Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, Confederação Nacional da Indústria – CNI e a Federação Brasileira de Bancos – FENABRAN.

A essência sobre a forma é destaca pelo CPC e conforme Borinelli e Pimentel (2010, p.51), “representa um avanço na estrutura conceitual da Contabilidade”. O profissional da área contábil deverá julgar cada fato contábil para que represente a realidade de cada operação efetivada.

Para que a informação represente adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a representar, é necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal. (BORINELLI; PIMENTEL, 2010, p.51 apud CPC, 2008 item 35)

A presente pesquisa não vai tratar dos pronunciamentos do CPC, porém vale ressaltar que o Brasil está buscando realizar a adequação de suas normas as IFRS.

## 7.5 INDICES

Os índices de maneira geral colaboram para a análise econômico-financeiras das empresas, porém poderá haver diferenças entre fórmulas, conforme é apresentado por Matarazzo (2010, p. 84) “Cada autor apresenta um conjunto de índices que, de alguma forma, difere dos demais. Mesmo com relação aos índices que constam de praticamente todas as obras e trabalhos, sempre há algumas pequenas diferenças de fórmula”.

### 7.5.1 Índices de Liquidez

De acordo com Borinelli (2010, p. 404), os índices de liquidez “evidenciam a base da situação financeira e têm como fundamental preocupação revelar como está a situação da empresa, em determinado período, para fazer frente às suas obrigações; medem, portanto, a capacidade de pagamento, a solvência, a saúde financeira”. Matarazzo (2010, p. 99), completa que “São índices que, a partir do confronto dos Ativos Circulantes com as Dívidas, procuraram medir quão sólida é a base financeira da empresa”.

#### 7.5.1.1. Liquidez Seca

O índice de liquidez seca de acordo com Wernke (2008, p. 255), “mede-se a capacidade de pagamento das dívidas de PC com recursos do AC de maior liquidez”. Borinelli (2010) descreve que os estoques são excluídos do índice pois é um fator de incerteza e as despesas pagas antecipadamente são excluídas por não caracterizar recebimento em dinheiro.

Fórmula:



$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} - \text{Despesas Pagas Antecipadamente}}{\text{Passivo Circulante}}$$

#### 7.5.1.2. Liquidez Corrente

Segundo Marion (2009, p.72), o índice de liquidez corrente “mostra a capacidade de pagamento da empresa a Curto Prazo”. Müller (2008) apresenta a mesma explicação para este índice, ou seja, o índice demonstra a capacidade de liquidez ou pagamento da empresa.

Fórmula:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

#### 7.5.1.3. Liquidez Geral

A soma do ativo circulante com o ativo realizável a longo prazo dividido pela soma do passivo circulante e passivo não circulante resulta no índice de liquidez geral. Conforme Borinelli (2010, p. 405), “o índice de liquidez geral mede a capacidade de pagamento geral da empresa”.

Fórmula:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

### 7.5.2 Estrutura de Capital e Endividamento

Segundo Borinelli (2010, p. 411) estes índices evidenciam “a situação patrimonial da entidade, isto é, procura demonstrar os grandes caminhos das decisões financeiras em termos de obtenção e aplicação de recursos”.

#### 7.5.2.1. Participação em Capitais de Terceiros

De acordo com Matarazzo (2010, p. 87), a participação de capitais de terceiros demonstra “quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada \$ 100 de capital próprio investido”.

Fórmula:

$$\text{Participação em Capitais de Terceiros} = \frac{\text{Capital de Terceiros}}{100} \times \text{Patrimônio Líquido}$$

#### 7.5.2.2. Composição das Exigibilidades

A composição das exigibilidades também conhecida como composição do endividamento tem a finalidade conforme Borinelli (2010, p. 412), “em identificar que percentual das obrigações totais da firma corresponde a dívidas de curto prazo”.

Fórmula:

$$\text{Composição das Exigibilidades} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capital de Terceiros}} \times 100$$

#### 7.5.2.3. Imobilização de Recursos

Este índice indica segundo Hoji (2009, p.286), “quanto dos recursos permanentes e de longo prazo está investido no Ativo Permanente”.

Fórmula:

$$\text{Imobilização de Recursos} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

#### 7.5.2.4. Imobilização do Patrimônio Líquido

O grau de imobilização do patrimônio líquido é obtido pela divisão do ativo imobilizado pelo patrimônio líquido da empresa em análise. Segundo Iudícibus (2010, p.118), o “quociente pretende retratar qual a porcentagem dos recursos próprios que está imobilizada em plantas e instalações, bem como outras imobilizações, ou que não está “em giro””.

Fórmula:

$$\text{Imobilização do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Ativo Imobilizado}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

### 7.5.3 Índices de Lucratividade e Rentabilidade

As empresas visam lucros com bons índices de rentabilidade, pois investimentos rentáveis trazem mais investimentos. De acordo com Borinelli (2010, p. 417), estes índices “procuram evidenciar qual foi a rentabilidade dos capitais investidos na empresa e a lucratividade (resultado) das operações realizadas por uma organização, por isso, preocupam-se com a situação econômica da firma”. Os índices apresentados logo abaixo retratam a rentabilidade dos capitais investidos.

#### 7.5.3.1. Giro do Ativo

Segundo Matarazzo (2010, p. 111), descreve que o giro do ativo “mede o volume de vendas da empresa em relação ao capital total investido”. Matarazzo

(2010) completa que há uma relação direta entre o montante de investimentos e o volume de vendas.

O giro do ativo demonstra quantas vezes o ativo girou como resultado ou efeito das vendas, ou quanto a empresa vendeu para cada \$ 1,00 de investimento total, ou, ainda, quantas vezes o ativo se transformou em vendas.. (BORINELLI; PIMENTEL, 2010, p. 419)

Fórmula:

$$\text{Giro do Ativo} = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$$

#### 7.5.3.2. Margem Líquida

Iudícibus (2010), descreve que quociente compara o lucro líquido com as vendas líquidas e que pode-se ser denominado como Margem Operacional.

Fórmula:

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$$

#### 7.5.3.3. Rentabilidade do Ativo

Para Matarazzo (2010, p. 114), é “uma medida da capacidade da empresa em gerar lucro líquido e assim poder capitalizar-ser”. Borinelli (2010, p. 420), completa que “A rentabilidade do ativo é calculada quando se deseja ter uma idéia do desempenho econômico com um todo do empreendimento.”

Fórmula:

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}} \times 100$$

#### 7.5.3.4. Rentabilidade do Patrimônio Líquido

O retorno sobre o patrimônio líquido conforme Müller (2008, p. 152), “demonstra o retorno sobre o total dos investimentos, quer sobre preferenciais ou ordinárias, ou seja, a rentabilidade sobre o Capital Próprio”.

Fórmula:

$$\text{Rentabilidade do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

#### 7.5.4 Análise Dinâmica

De acordo com Müller (2008, p. 82), “O Modelo Dinâmico sugere uma abordagem diferente para um mesmo tipo de análise, na qual se procura separar as contas em três grupos distintos, relacionadas às fontes e usos de capital, não especificadamente quanto ao prazo dessas contas”.

## 8 ANALISE ECONOMICA FINANCEIRA

Das 26 empresas que publicaram seus demonstrativos econômicos adequados as normas internacionais de contabilidade, foram analisadas sete empresas, sendo uma de cada setor econômico.

O intuito foi de apresentar as análise dos itens apresentados na fundamentação teórica assim teremos vários fatores a serem analisados, dentro do contexto de que a adequação das normas internacionais geram alterações nos demonstrativos e conseqüentemente na análise econômica financeira.

Alguns índices poderão apresentar grandes variações, mas isso não indica que é devido à adoção de uma norma internacional.

Para tanto estaremos apresentando quais foram os índices que possuíram variações elevadas e assim faremos um link com as IFRS, pois se a variação foi causada pela adequação das normas internacionais isso poderá ter alterado a análise econômico-financeira na comparação com o exercício anterior da adequação, gerando um grau de risco diferente.

Para analisar está possível variação utilizaremos os dados da empresa Usinas Sid. e Minas Gerais S.A. – USIMINAS, as demais 25 empresas ficará apenas para compor os dados de empresas que já adotaram as normas internacionais.

### 8.1 ANALISE COMPARATIVA DE ÍNDICES (BRGAAP X IFRS)

A USIMINAS pertencente ao setor de Materiais Básicos adequou os seus demonstrativos no exercício de 2009. Com base nas notas explicativas do exercício de 2.009 foram analisados dois momentos entre a análise econômica financeira, sendo assim elegemos esta empresa para expor o objetivo deste trabalho realizando uma comparação entre a análise econômica financeira de BR GAAP e IFRS.

Segue os índices em formato BRGAAP:

Tabela 11 – Análise Vertical dos Índices: BRGAAP

ÍNDICES - FINANCEIROS / ESTRUTURAL / ECONÔMICO				
	DENOMINAÇÃO	FÓRMULAS	2008	2009
ANÁLISE FINANCEIRA	LIQUIDEZ SECA	$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} - \text{ESTOQUE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$	1,54	1,76
	LIQUIDEZ CORRENTE	$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$	2,69	2,88
	LIQUIDEZ GERAL	$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{RLP}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{ELP}}$	1,06	1,06
ANÁLISE ESTRUTURAL	PARTICIPAÇÃO CAP. TERCEIROS	$\frac{\text{CAPITAL DE TERCEIROS}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$	82,46%	65,32%
	COMPOSIÇÃO DAS EXIGIBILIDADES	$\frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}{\text{CAPITAL DE TERCEIROS}}$	35,46%	31,83%
	IMOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS	$\frac{\text{ATIVO PERMANENTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$	95,39%	96,35%
ANÁLISE ECONOMICA	MÁRGEM LÍQUIDA	$\frac{\text{LUCRO LÍQUIDO}}{\text{VENDAS LÍQUIDAS}}$	20,63%	12,32%
	GIRO DO ATIVO	$\frac{\text{VENDAS LÍQUIDAS}}{\text{ATIVO TOTAL}}$	56,95%	42,43%
	RENTABILIDADE DO ATIVO	$\frac{\text{LUCRO LÍQUIDO}}{\text{ATIVO TOTAL}}$	11,75%	5,23%
	RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	$\frac{\text{LUCRO LÍQUIDO}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$	21,43%	8,64%

Foi estruturado o balanço patrimonial da companhia para a elaboração da análise dinâmica, segue abaixo a Reestruturação do Balanço Patrimonial no formato BRGAAP:

Tabela 12 – Análise Dinâmica: BRGAAP

REESTRUTUAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL				
ATIVO	31/12/2008		31/12/2009	
	Valor Original	Correção IGPM	Valor Original	Correção IGPM
<b>ATIVO CIRCULANTE FINANCEIRO</b>	<b>2.924.241</b>	<b>3.199.584</b>	<b>2.053.372</b>	<b>2.285.855</b>
Ativo Cíclico	8.974.560	9.819.593	7.275.370	8.099.088
Créditos	3.135.808	3.431.072	3.257.574	3.626.397
Estoques	5.082.053	5.560.572	3.637.203	4.049.008
Outros	756.699	827.949	380.593	423.684
<b>Ativo Não Cíclico</b>	<b>15.681.252</b>	<b>17.157.778</b>	<b>16.418.591</b>	<b>18.277.506</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.263.264	1.382.211	1.412.999	1.572.979
Ativo Permanente	14.417.988	15.775.567	15.005.592	16.704.527
Investimentos	2.377.274	2.601.115	1.726.934	1.922.458
Imobilizado	10.339.709	11.313.282	11.561.652	12.870.663
Intangível	1.701.005	1.861.169	1.717.006	1.911.406
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>27.580.053</b>	<b>30.176.954</b>	<b>25.747.333</b>	<b>28.662.449</b>

<b>Passivo Cíclico Oneroso</b>	<b>1.672.060</b>	<b>1.829.499</b>	<b>1.117.724</b>	<b>1.244.273</b>
Empréstimos e Financiamentos	1.059.491	1.159.251	734.605	817.777
Dividendos a pagar	612.569	670.248	383.119	426.496
Provisões de Garantia	-	-	-	-
<b>Passivo Cíclico</b>	<b>2.747.730</b>	<b>3.006.453</b>	<b>2.120.093</b>	<b>2.360.130</b>
Fornecedores	1.102.405	1.206.206	815.286	907.593
Imposto/Taxas e Contribuições	536.789	587.332	50.540	56.262
Outros	1.108.536	1.212.914	1.254.267	1.396.275
<b>Passivo Não Cíclico</b>	<b>23.160.263</b>	<b>25.341.003</b>	<b>22.509.516</b>	<b>25.058.046</b>
Passivo Exigível a Longo Prazo	8.044.779	8.802.265	6.935.312	7.720.529
Provisões	731.429	800.299	464.191	516.747
Outros	7.313.350	8.001.965	6.471.121	7.203.782
Patrimônio Líquido	15.115.484	16.538.738	15.574.204	17.337.517
Capital Social Realizado	12.150.000	13.294.028	12.150.000	13.525.624
Reservas de Lucros	2.965.484	3.244.710	3.424.204	3.811.893
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>27.580.053</b>	<b>30.176.954</b>	<b>25.747.333</b>	<b>28.662.449</b>

Através da reestruturação apresentada pode-se determinar a situação financeira da companhia através da análise avançada do capital de giro.

**Tabela 13 – Análise Avançada do Capital de Giro: BRGAAP**

**TIPOLOGIA - BRGAAP**

ANO DE 2008						
AC=ACF+ACC		AC=	3.199.584	9.819.593	=	13.019.176
PC=PCO+PCC		PC=	1.829.499	3.006.453	=	4.835.952
CCL=ST+NGG		CCL=	1.370.085	6.813.140	=	8.183.225
CCL=PNC-ANC		CCL=	25.341.003	17.157.778	=	8.183.225
CONCLUSÃO						
CCL 8.183.225				RESTRICÇÕES	CCL>0	
ST 1.370.085					ST>0	
NCG 6.813.140					NCG>0	
CONDIÇÃO					ST<CCL>NCG	

**TIPO II – SITUAÇÃO FINANCEIRA SÓLIDA**

ANO DE 2009						
AC=ACF+ACC		AC=	2.285.855	8.099.088	=	10.384.943
PC=PCO+PCC		PC=	1.244.273	2.360.130	=	3.604.403
CCL=ST+NGG		CCL=	1.041.582	5.738.958	=	6.780.540
CCL=PNC-ANC		CCL=	25.058.046	18.277.506	=	6.780.540
CONCLUSÃO						
CCL 6.780.540				RESTRICÇÕES	CCL>0	
ST 1.041.582					ST>0	
NCG 5.738.958					NCG>0	



CONDIÇÃO	ST<CCL>NCG
----------	------------

TIPO II – SITUAÇÃO FINANCEIRA SÓLIDA

Demais dados com base no formato BRGAAP.

Tabela 14 – Demais índices: BRGAAP

ANÁLISE	ANO DE 2008	ANO DE 2009
RECEITA DE VENDAS (ROB-DA)	23.175.925	16.508.739
IOG(NGG) = (ACC-PCC)	6.813.140	5.738.958
AUTO FINANCIAMENTO (AUT)	3.656.691	1.894.383
LUCRO LÍQUIDO	3.544.848	1.498.404
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	782.091	822.474
( - ) DIVIDENDOS	(670.248)	(426.496)
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (CCL)	8.183.225	6.780.540
SALDO DE TESOURARIA ( ST )	1.370.085	1.041.582

PORCENTAGENS SOBRE VENDAS	ANO DE 2008	ANO DE 2009
(NCG)/(ROB-DA)	29,40%	34,76%
AUT/(ROB-DA)	15,78%	11,48%
CCL/(ROB-DA)	35,31%	41,07%
T/(ROB-DA)	5,91%	6,31%
CRESCIMENTO DAS VENDAS	0	-28,77%

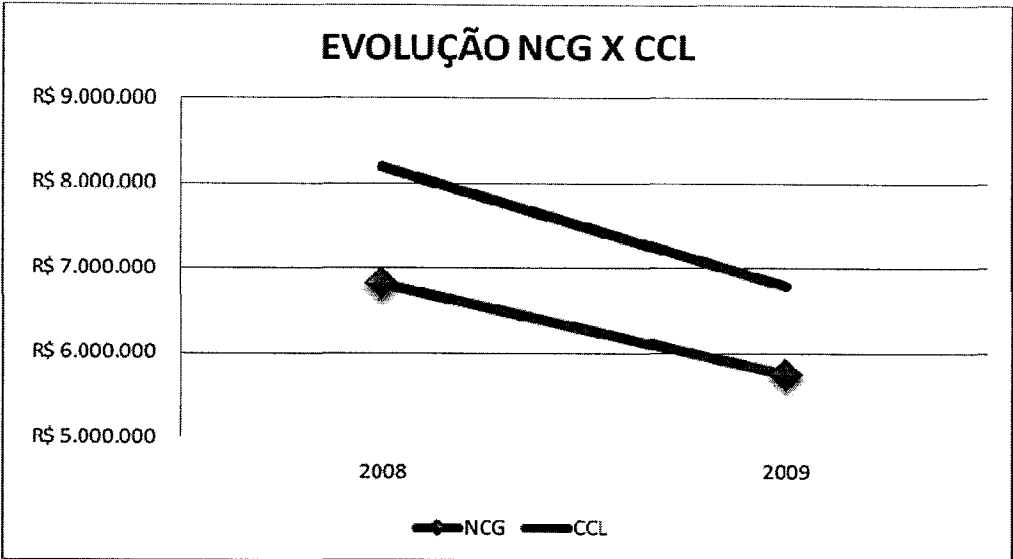
OUTROS INDICADORES:	ANO DE 2008	ANO DE 2009
CCL/NCG (VEZES)	1,20	1,18
T/NCG (VEZES)	0,20	0,18

Os dados abaixo foram utilizados para a apresentação do Gráfico do NCG X CCL, a variação do CCL acompanha a variação do NCG.

Tabela 15 – Dados para Obtenção do Gráfico NCG x CCL (BRGAAP)

	2008	2009
NCG	R\$ 6.813.140,11	R\$ 5.738.958,01
CCL	R\$ 8.183.224,82	R\$ 6.780.540,17

Gráfico 1: Evolução NCG x CCL (BRGAAP)



Segue os índices em formato IFRS:

Tabela 16 – Análise Vertical dos índices: IFRS

ÍNDICES - FINANCEIROS / ESTRUTURAL / ECONÔMICO				
	DENOMINAÇÃO	FÓRMULAS	2008	2009
ANÁLISE FINANCEIRA	LIQUIDEZ SECA	$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} - \text{ESTOQUE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$	1,68	1,85
	LIQUIDEZ CORRENTE	$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$	2,95	3,04
	LIQUIDEZ GERAL	$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{RLP}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{ELP}}$	1,09	1,07
ANÁLISE ESTRUTURAL	PARTICIPAÇÃO CAP. TERCEIROS	$\frac{\text{CAPITAL DE TERCEIROS}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$	73,25%	59,89%
	COMPOSIÇÃO DAS EXIGIBILIDADES	$\frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}{\text{CAPITAL DE TERCEIROS}}$	34,18%	31,35%
	IMOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS	$\frac{\text{ATIVO PERMANENTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$	93,59%	95,82%
ANÁLISE ECONÔMICA	MÁRGEM LÍQUIDA	$\frac{\text{LUCRO LÍQUIDO}}{\text{VENDAS LÍQUIDAS}}$	22,64%	11,34%
	GIRO DO ATIVO	$\frac{\text{VENDAS LÍQUIDAS}}{\text{ATIVO TOTAL}}$	56,73%	42,25%
	RENTABILIDADE DO ATIVO	$\frac{\text{LUCRO LÍQUIDO}}{\text{ATIVO TOTAL}}$	12,85%	4,79%

	<b>RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>LUCRO LÍQUIDO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>22,25%</b>	<b>7,66%</b>
--	--	---	---------------	--------------

Foi estruturado o balanço patrimonial da companhia para a elaboração da análise dinâmica, segue abaixo a Reestruturação do Balanço Patrimonial no formato IFRS:

**Tabela 17 – Análise Dinâmica: IFRS**

<b>REESTRUTUAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL</b>				
<b>ATIVO</b>	<b>31/12/2008</b>		<b>31/12/2009</b>	
	<b>Valor Original</b>	<b>Correção IGPM</b>	<b>Valor Original</b>	<b>Correção IGPM</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE FINANCEIRO</b>	<b>2.924.241</b>	<b>3.199.584</b>	<b>2.053.372</b>	<b>2.285.855</b>
<b>Ativo Cíclico</b>	<b>8.872.210</b>	<b>9.707.606</b>	<b>7.186.463</b>	<b>8.000.115</b>
Créditos	3.136.367	3.431.683	3.262.821	3.632.238
Estoques	5.082.053	5.560.572	3.637.203	4.049.008
Outros	653.790	715.350	286.439	318.870
<b>Ativo Não Cíclico</b>	<b>15.887.969</b>	<b>17.383.959</b>	<b>16.614.306</b>	<b>18.495.379</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	932.531	1.020.337	1.119.960	1.246.762
Ativo Permanente	14.955.438	16.363.622	15.494.346	17.248.617
Investimentos	2.457.076	2.688.431	1.806.734	2.011.293
Imobilizado	10.776.870	11.791.606	11.950.117	13.303.111
Intangível	1.721.492	1.883.585	1.737.495	1.934.214
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>27.684.420</b>	<b>30.291.149</b>	<b>25.854.141</b>	<b>28.781.350</b>
<b>Passivo Cíclico Oneroso</b>	<b>1.438.216</b>	<b>1.573.637</b>	<b>1.045.357</b>	<b>1.163.712</b>
Empréstimos e Financiamentos	1.059.491	1.159.251	734.605	817.777
Dividendos a pagar	378.725	414.385	310.752	345.935
Provisões de Garantia	-	-	-	-
<b>Passivo Cíclico</b>	<b>2.561.947</b>	<b>2.803.177</b>	<b>1.990.670</b>	<b>2.216.054</b>
Fornecedores	1.102.405	1.206.206	815.286	907.593
Imposto/Taxas e Contribuições	444.754	486.631	9.387	10.450
Outros	1.014.788	1.110.339	1.165.997	1.298.011
<b>Passivo Não Cíclico</b>	<b>23.684.257</b>	<b>25.914.335</b>	<b>22.818.114</b>	<b>25.401.583</b>
Passivo Exigível a Longo Prazo	7.704.493	8.429.938	6.648.585	7.401.338
Provisões	731.429	800.299	464.191	516.747
Outros	6.973.064	7.629.639	6.184.394	6.884.592
Patrimônio Líquido	15.979.764	17.484.398	16.169.529	18.000.245
Capital Social Realizado	12.150.000	13.294.028	12.150.000	13.525.624
Reservas de Lucros	3.829.764	4.190.370	4.019.529	4.474.620
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>27.684.420</b>	<b>30.291.149</b>	<b>25.854.141</b>	<b>28.781.350</b>

Através da reestruturação apresentada pode-se determinar a situação financeira da companhia através da análise avançada do capital de giro, pelo formato IFRS.

Tabela 18 – Análise Avançada do Capital de Giro: IFRS

TIPOLOGIA - IFRS

ANO DE 2008						
AC =ACF + ACC		AC=	3.199.584	9.707.606	=	12.907.189
PC =PCO + PCC		PC=	1.573.637	2.803.177	=	4.376.813
CCL= ST + NGG		CCL=	1.625.947	6.904.429	=	8.530.376
CCL= PNC - ANC		CCL=	25.914.335	17.383.959	=	8.530.376
CONCLUSÃO						
CCL 8.530.376				RESTRICÕES		CCL>0
ST 1.625.947						ST>0
NCG 6.904.429						NCG>0
CONDIÇÃO					ST<CCL>NCG	

TIPO II - SITUAÇÃO FINANCEIRA SÓLIDA

ANO DE 2009						
AC =ACF + ACC		AC=	2.285.855	8.000.115	=	10.285.970
PC =PCO + PCC		PC=	1.163.712	2.216.054	=	3.379.766
CCL= ST + NGG		CCL=	1.122.143	5.784.061	=	6.906.204
CCL= PNC - ANC		CCL=	25.401.583	18.495.379	=	6.906.204
CONCLUSÃO						
CCL 6.906.204				RESTRICÕES		CCL>0
ST 1.122.243						ST>0
NCG 5.784.061						NCG>0
CONDIÇÃO					ST<CCL>NCG	

TIPO II - SITUAÇÃO FINANCEIRA SÓLIDA

Demais dados com base no formato IFRS.

Tabela 19 – Demais índices: IFRS

ANÁLISE	ANO DE 2008	ANO DE 2009
RECEITA DE VENDAS (ROB-DA)	23.175.925	16.508.739
IOG(NGG) = (ACC-PCC)	6.904.429	5.784.061

AUTOFINANCIAMENTO (AUT)	4.258.857	1.855.295
LUCRO LÍQUIDO	3.891.151	1.378.756
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	782.091	822.474
( - ) DIVIDENDOS	(414.385)	(345.935)
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (CCL)	8.530.376	6.906.204
SALDO DE TESOURARIA ( ST )	1.625.947	1.122.143

PORCENTAGENS SOBRE VENDAS	ANO DE 2008	ANO DE 2009
(NCG)/(ROB-DA)	29,79%	35,04%
AUT/(ROB-DA)	18,38%	11,24%
CCL/(ROB-DA)	36,81%	41,83%
T/(ROB-DA)	7,02%	6,80%
CRESCIMENTO DAS VENDAS	0	-28,77%

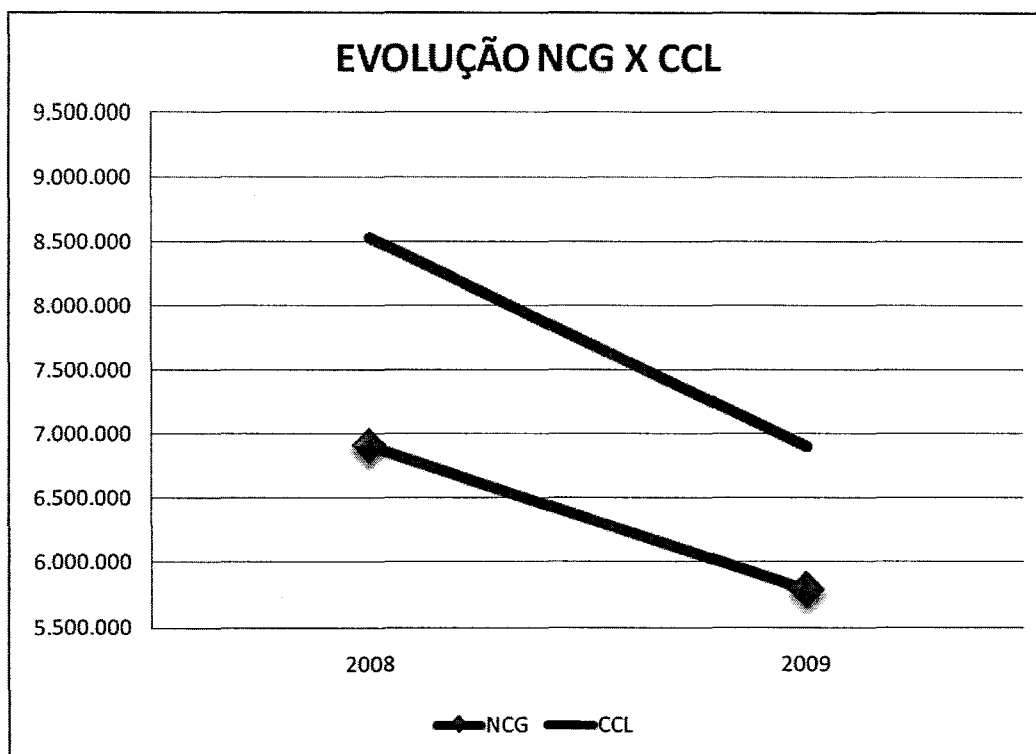
OUTROS INDICADORES:	ANO DE 2008	ANO DE 2009
CCL/NCG (VEZES)	1,24	1,19
T/NCG (VEZES)	0,24	0,19

Os dados abaixo foram utilizados para a apresentação do Gráfico do NCG X CCL, a variação do CCL acompanha a variação do NCG.

Tabela 20 – Dados para Obtenção do Gráfico NCG x CCL (IFRS)

	2008	2009
NCG	6.904.429	5.784.061
CCL	8.530.376	6.906.204

Gráfico 2: Evolução NCG x CCL (IFRS)



Os índices foram extraídos dos demonstrativos apresentados em Nota Explicativa da Companhia do exercício de 2.009.

#### 8.1.1 Liquidez Seca

Houve uma melhora no índice de liquidez seca, sendo está melhora de 9% em 2008 e 5% em 2009. A melhora foi devido a redução do passivo circulante, mais precisamente da conta de “Dividendos e JSCP a Pagar”, pois de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os juros sobre o capital próprio e os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com a IAS 10, os dividendos são somente reconhecidos quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório, somente é reconhecido quando declarado. O montante de R\$ 72.367 e R\$ 233.844 em 31 de dezembro de 2009 e 2008 foram também ajustados para reconhecimento no ano seguinte. A conta do passivo circulante “Imposto de Renda e

Contribuição Social” que reduziu devido a ajustes necessários para a transição para o IFRS e totalizavam um imposto passivo no valor de R\$ 92.035 e R\$ 41.153 em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2009 respectivamente.

**Tabela 21 – Comparativo BRGAAP x IFRS do Índice de Liquidez Seca**

ANO	BRGAAP	IFRS	VARIAÇÃO
2008	1,54	1,68	109%
2009	1,76	1,85	105%

A contra partida dos ajustes mencionados foram o resultado, como uma receita.

### 8.1.2 Liquidez Corrente

No caso da empresa analisada não houve alteração dos estoques com relação a adoção das normas internacionais de contabilidade, sendo assim a melhora no índice apresentado se dá pelas mesmas alterações mencionadas no subtítulo acima, ou seja, os ajustes de “Dividendos e JSCP a Pagar” e de “Imposto de Renda e Contribuição Social” beneficiaram a melhora do índice de liquidez corrente.

**Tabela 22 – Comparativo BRGAAP x IFRS do Índice de Liquidez Corrente**

ANO	BRGAAP	IFRS	VARIAÇÃO
2008	2,69	2,95	110%
2009	2,88	3,04	106%

A contra partida dos ajustes mencionados foram o resultado, como uma receita.

### 8.1.3 Liquidez Geral

Houve uma melhora no índice de liquidez geral, devido às informações mencionadas nos tópicos anteriores, no Passivo de Longo Prazo possui duas contas que houve ajuste, a conta de “Benefícios de aposentadoria” que reduziu, pois o Passivo Atuarial conforme a Instrução CVM 371 diverge do cálculo conforme IAS 19, e gerou ajustes no valor de R\$ 251.942 e R\$ 366.092 no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 e 2008, respectivamente. Também houve alteração no “Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos LP” no valor de R\$ 330.733 e R\$ 293.039 em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2009 respectivamente.

**Tabela 23 – Comparativo BRGAAP x IFRS do Índice de Liquidez Geral**

ANO	BRGAAP	IFRS	VARIAÇÃO
2008	1,06	1,09	103%
2009	1,06	1,07	101%

Como os valores ajustados tanto no Ativo Não Circulante quanto no Passivo Não circulante foram próximos um do outro, ou seja, anulando o efeito da variação do índice destes ajustes, por outro lado os ajustes do curto prazo influenciaram uma melhora do índice de liquidez geral.

#### 8.1.4 Participação de Capital de Terceiros

Houve uma melhora deste índice, pois em 2008 o capital de terceiros representava 82% do total do patrimônio líquido da empresa e após os ajustes e adequação das normas internacionais esse percentual reduziu para 73% uma melhora de 11% e em 2009 o índice pelo BRGAAP era de 65% e para o IFRS passou para 60%, uma melhora de 8%.

**Tabela 24 – Comparativo BRGAAP x IFRS do Índice de Participação de CT**

ANO	BRGAAP	IFRS	VARIAÇÃO
2008	82%	73%	89%
2009	65%	60%	92%



As causas mais significativas para esta evolução foi explicada pela companhia em suas notas explicativas do exercício de 2009 da qual comenta que a contabilização de economia hiper-inflacionária, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi aplicada em linha com o IAS 29 durante o período em que o país se enquadrava como economia hiper-inflacionária, para fins locais, até 1995. Entretanto, de acordo com o IFRS, a economia brasileira ainda se enquadrava na definição de hiper-inflacionária nos exercícios de 1996 e 1997. O efeito do reconhecimento desses dois períodos adicionais reflete um aumento no imobilizado no montante de R\$ 437.161 e R\$ 388.466 em 31 de dezembro de 2008 e 2009, respectivamente. Em decorrência deste ajuste de imobilizado houve também uma redução da despesa de depreciação em R\$ 43.601 e R\$50.411 em 31 de dezembro de 2009 e 2008, respectivamente. O aumento do imobilizado mencionado foi lançado a sua contra partida na conta de “Lucros Acumulados”, aumentando o valor do patrimônio líquido.

O mesmo se deu com o Ágio, pois as práticas contábeis adotadas no Brasil, o ágio vinha sendo amortizado por um prazo correspondente a estimativa de sua recuperação econômica. De acordo com o IFRS, o ágio não deve ser amortizado, mas ter seu valor de recuperação avaliado anualmente. A amortização referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foi de R\$ 100.289. Não há ajustes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, pois o ágio deixou de ser amortizado em BR GAAP. Mas de qualquer maneira o ajuste de R\$ 100.289 foi contra a conta de “Lucros Acumulados”.

Os “Benefícios de aposentadoria” também tiveram sua contra partida no patrimônio da empresa. Desta forma, melhorou a disposição do Participação dos Capitais de Terceiros devido ao aumento do Patrimônio Líquido da Companhia através de ajustes para atender a norma internacional.

#### 8.1.5 Composição das Exigibilidades

Como os ajustes de Passivo Circulante e Não Circulante foram de certa maneira proporcionais não gerou grandes variações, podemos dizer que ficaram estáveis.

**Tabela 25 – Comparativo BRGAAP x IFRS do Índice de Composição das Exigibilidades**

ANO	BRGAAP	IFRS	VARIAÇÃO
2008	35%	34%	96%
2009	32%	31%	99%

### 8.1.6 Imobilizações de Recursos

As imobilizações de recursos também mantiveram estáveis em relação a adoção das IFRS, porém houve alteração da forma de contabilização da depreciação do imobilizado e do ágio do investimento, porém estas alterações tiveram sua contrapartida no patrimônio líquido.

**Tabela 26 – Comparativo BRGAAP x IFRS do Índice de Imobilizações de Recursos**

ANO	BRGAAP	IFRS	VARIAÇÃO
2008	95%	94%	98%
2009	96%	96%	99%

### 8.1.7 Margem Líquida

Os ajustes para atender a norma internacional de contabilidade tiveram em grande parte reflexo no resultado, ocasionando uma melhora da margem líquida, sendo que em 2.008 houve uma melhora de 10% devido ao reconhecimento da receita de benefícios de aposentadorias que os ajustes são principalmente relacionados com as dívidas contratadas entre a Companhia e os planos de pensão CAIXA e FEMCO. Anteriormente o valor inteiro da dívida foi reconhecida como passivo quando seu valor era maior que o déficit no plano. Agora a dívida contratada é analisada no contexto da irrecuperabilidade do eventual superávit que será gerado quando a dívida for liquidada.

No exercício de 2009 houve uma piora da margem líquida em virtude dos custos de ociosidade alocados nas despesas operacionais no BR GAAP, foram reclassificados para os custos das vendas, para melhor refletir as regras do IAS 2, gerando assim o custo maior, piorando a margem líquida de 2.009.

**Tabela 27 – Comparativo BRGAAP x IFRS do Índice de Margem Líquida**

ANO	BRGAAP	IFRS	VARIAÇÃO
2008	21%	23%	110%
2009	12%	11%	92%

#### 8.1.8 Giro do Ativo

O giro do ativo não apresentou alteração na adequação do BRGAAP para o formato IFRS, mesmo que havendo diversas mudanças entre as contas.

**Tabela 28 – Comparativo BRGAAP x IFRS do Índice de Giro do Ativo**

ANO	BRGAAP	IFRS	VARIAÇÃO
2008	57%	57%	100%
2009	42%	42%	100%

#### 8.1.9 Rentabilidade do Ativo

A variação da rentabilidade do ativo podemos considerar estável, mesmo gerando variação entre eles.

**Tabela 29 – Comparativo BRGAAP x IFRS do Índice de Rentabilidade do Ativo**

ANO	BRGAAP	IFRS	VARIAÇÃO
2008	12%	13%	109%
2009	5%	4,7%	92%

#### 8.1.10 Rentabilidade do Patrimônio

No exercício de 2.009 onde que foi adotado o reconhecimento do custo de ociosidade reduziu o lucro do exercício e em comparação com o patrimônio líquido o índice ficou em 8% variando em relação ao BRGAAP em 11%, piorando este índice.

**Tabela 30 – Comparativo BRGAAP x IFRS do Índice de Rentabilidade do Patrimônio**

ANO	BRGAAP	IFRS	VARIAÇÃO
2008	21%	22%	104%
2009	9%	8%	89%

#### 8.1.11 Análise Dinâmica

Em virtude da adoção das normas internacionais a Companhia apresentou uma melhora na análise dinâmica, porém não o suficiente para melhorar a situação financeira, manteve-se sólida.

**Tabela 31 – Comparativo BRGAAP x IFRS da Análise Dinâmica**

ANO	TIPO	BRGAAP	IFRS	VARIAÇÃO
2008	CCL	R\$ 8.183.225	R\$ 8.530.376	104,24%
	ST	R\$ 1.370.085	R\$ 1.625.947	118,67%
	NCG	R\$ 6.813.140	R\$ 6.904.429	101,34%
2009	CCL	R\$ 6.780.540	R\$ 6.906.204	101,85%
	ST	R\$ 1.041.582	R\$ 1.122.143	107,73%
	NCG	R\$ 5.738.958	R\$ 5.784.061	100,79%

No exercício de 2008 melhorou o CCL em R\$ 347 mil e o Saldo em Tesouraria melhorou em R\$ 255 mil, porém o NCG aumentou em R\$ 91 mil. Por mais que houve aumento no NCG a variação em relação ao BRGAAP foi de 1,85%. É evidente que o Saldo em Tesouraria evoluiu positivamente, gerando um acréscimo de 18,67% em decorrência da adoção das normas internacionais. O CCL também melhorou 4,24%. Percebemos que devido a adoção das IFRS no exercício de 2008 ocorreu a maior parte dos ajustes, gerando as variações apresentadas.

No exercício de 2009 o Saldo em Tesouraria aumentou em 7,73% na conversão do BRGAAP para o IFRS. O CCL e o NCG manteve-se estável, com variação de 1,85% e 0,79% respectivamente.

Em ambos os formatos, não houve alteração da situação financeira da empresa, ou seja, nos exercícios de 2008 e 2009 pelo formato BRGAAP a situação financeira era sólida e no IFRS confirmou a mesma tipologia.

Os dados da Tabela 32 demonstram que a maior parte das variações foi gerada no exercício de 2008, pois no exercício de 2009 os índices ficaram conforme mencionado estáveis, com base nos dados apresentados da análise dinâmica.

**Tabela 32 – Comparativo BRGAAP x IFRS dos Demais índices**

ANO	TIPO	BRGAAP	IFRS	VARIAÇÃO
2008	(NCG)/(ROB-DA)	29,4%	29,8%	101,3%
	AUT/(ROB-DA)	15,8%	18,4%	116,5%
	CCL/(ROB-DA)	35,3%	36,8%	104,2%
	T/(ROB-DA)	5,9%	7,0%	118,7%
	CCL/NCG (VEZES)	1,20	1,24	102,9%
	T/NCG (VEZES)	0,20	0,24	117,1%
2009	(NCG)/(ROB-DA)	34,8%	35,0%	100,8%
	AUT/(ROB-DA)	11,5%	11,2%	97,9%
	CCL/(ROB-DA)	41,1%	41,8%	101,9%
	T/(ROB-DA)	6,3%	6,8%	107,7%
	CCL/NCG (VEZES)	1,18	1,19	101,1%
	T/NCG (VEZES)	0,18	0,19	106,9%

No exercício de 2008 o autofinanciamento foi o que gerou uma variação de 16,5% e a tesouraria variou 18,7%.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

### 9.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o objetivo principal de verificar se houve alteração nos índices econômico-financeiros em decorrência da adoção das IFRS (*International Financial Reporting Standards*), das companhias listadas na bolsa de valores BM&FBOVESPA através das demonstrações em BRGAAP em comparativo com as demonstrações em IFRS. A seguinte questão de pesquisa direcionou os esforços para o atendimento do objetivo acima: Houve alteração nos índices econômico-financeiros em decorrência da adoção das IFRS (*International Financial Reporting Standards*)?

Com a apresentação dos índices econômico-financeiros que seriam utilizados para a realização da análise era necessário a verificação de quais empresas já haviam adotado as normas internacionais de contabilidade, com isso foi pesquisada todas as empresas listadas na Bolsa de Valores e identificada 26 empresas com a possibilidade de analisar a possível variação entre os índices econômico-financeiro na adoção do IFRS. Das companhias que adotaram as IFRS foi escolhido uma para a realização dos cálculos dos índices nos formatos BRGAAP e IFRS para poder haver a comparação dos índices. A Usinas Sid. e Minas Gerais S.A. – USIMINAS foi a companhia escolhida, sendo que esta apresentou a adoção das normas internacionais em 2009. O setor econômico da USIMINAS é o de materiais básicos, sendo seu sub-setor o de siderurgia e metalurgia.

Ao comparar os índices apresentados pelo BRGAAP e IFRS verificou-se que a adoção das normas internacionais gera variações nas análises, melhorando alguns índices, percebe-se que na companhia pesquisada as maiores variações ocorreram no exercício anterior da adoção das IFRS, pois havia muitos ajustes a serem realizados e mudanças de critérios contábeis com base nas IFRS, já no exercício de adoção das IFRS houve também variação nos índices, porém foram mais sutis na variação. Na análise dinâmica em seu contexto de apresentar a situação financeira não gerou alterações, mas nos demais índices foram na grande maioria afetados.

Com base nos cálculos apresentados pelos índices econômico financeiros podemos dizer que na companhia pesquisada a adoção das IFRS beneficiou os indicadores, melhorando o desempenho através dos índices econômico-financeiros. Houve desta maneira alteração nos índices econômico-financeiros e foram relevantes para a empresa.

Com a harmonização das demonstrações contábeis ao formato internacional são criadas maiores oportunidades de negócios para as empresas brasileiras, assim é possibilitada a comparabilidade entre empresas do mesmo seguimento de mercado em todo o mundo e, obtém-se maior transparência e credibilidade onde a essência prevalece sobre a forma.

## 9.2 RECOMENDAÇÕES

Havendo o interesse das empresas harmonizarem os seus demonstrativos às normas internacionais, é importante que haja um aperfeiçoamento das práticas contábeis, as quais estão sendo realizadas gradativamente, porém ainda ocorrem divergências entre as práticas contábeis brasileiras e as normas internacionais. E estas podem afetar uma análise. Como hoje são poucas as empresas que optaram em apresentar seus demonstrativos nos formatos IFRS, esta pesquisa tende a ser aperfeiçoada, pois podemos concluir que a adoção das IFRS mostrou-se capaz de provocar mudanças significativas em indicadores econômico-financeiros da companhia pesquisada e provavelmente as outras empresas do mesmo setor de negócios. Outros estudos são sugeridos para os demais setores.

## 10 REFERENCIAS

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia: Um Guia Para Iniciação Científica**. 2. ed. ampl. São Paulo: Makron Books, 2000.

BORINELLI, Márcio Luiz; PIMENTEL, Renê Coppe. **Curso de Contabilidade para Gestores, Analistas e Outros Profissionais**. São Paulo: Atlas, 2010.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S.. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 7. ed. São Paulo: Bookman®, 2001.

ERNST & YOUNG, FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS Versus Normas Brasileiras**. São Paulo: Atlas, 2009.

ERNST & YOUNG, FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS Versus Normas Brasileiras, Volume 2**. São Paulo: Atlas, 2010.

FRANCO, Hilário. **A contabilidade na era da globalização**. São Paulo: Atlas 1999.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira e Orçamentária: Matemática financeira Aplicada, Estratégias Financeiras e Orçamento Empresarial**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: Aplicável às Demais Sociedades**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JUNIOR, José Hernandez Perez. **Conversão de Demonstrações Contábeis**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.



LIMA, Gudrian Marcelo Loureiro de et al. **Principais Divergências na Conversão dos Demonstrativos Contábeis Brasileiros para os Formatos FASB e IFRS**. 2009. 12 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Ciências Contábeis, Centro Universitário Franciscano, Curitiba, 2009.

LODI, João Bosco. **Lobby & Holding: As Bases do Poder**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1984.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. **Contabilidade da Pecuária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural: Contabilidade Agrícola, Contabilidade da Pecuária e Imposto de Renda Pessoa Jurídica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MÜLLER, Aderbal Nicolas; ANTONIK, Luis Roberto. **Análise Financeira: Uma Visão Gerencial: Guia Prático com Sugestões e Indicações da Análise Financeira das Organizações**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NETO, Alexandre Assaf. **Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico-Financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Luís Martins de; JUNIOR, José Hernandez Perez; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria Estratégica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria Avançada**. 1. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

RASMUSSEN, U. W. ***Holdings e Joint Ventures: Uma Análise Transacional de Consolidações e Fusões Empresariais***. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 1991.

RAUPP, Fabiano Maury. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. *In*: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Avançada**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica: A Construção do Conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Contabilidade Empresarial para Gestão de Negócios: Guia de Orientação Fácil e Objetivo para Apoio e Consulta de Executivos**. São Paulo: Atlas, 2008.

SOUZA, Alceu; CLEMENTE, Ademir. **Decisões Financeiras e Análise de Investimentos: Fundamentos, Técnicas e Aplicações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VIEIRA, Marcos Villela. **Administração Estratégica do Capital de Giro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

WERNKE, Rodney. **Gestão Financeira: Ênfase em Aplicações e Casos Nacionais**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2008.

**ANEXOS**

Análise Econômica e financeira Usiminas BRGAAP.....48  
Análise Econômica e financeira Usiminas IFRS.....49  
Notas Explicativas da Usiminas do Exercício 2009.....50

## Análise Econômica e Financeiro Usiminas - BRGAAP

## RECLASSIFICAÇÃO PARA AS ANÁLISES

IGP-M INDICE PARA 2008	990,3707
IGP-M INDICE PARA 2009	973,4128
IGP -M INDICE PARA 2010	1.083,62
VARIACAO IGPM 2008/2010	1,0942
VARIACAO IGMP 2009/2010	1,1132

ATIVO	BALANÇO PATRIMONIAL							
	31/12/2008				31/12/2009			
	Valor Original	Correção IGPM	AV%	AH%	Valor Original	Correção IGPM	AV%	AH%
CIRCULANTE								
DISPONIVEL	2.924.241	3.199.584	10,60	100	2.053.372	2.285.855	7,98	71,44
VALORES REALIZ. CURTO PRAZO	3.892.507	4.259.020	14,11	100	3.638.167	4.050.081	14,13	95,09
Estoque	5.082.053	5.560.572	18,43	100	3.637.203	4.049.008	14,13	72,82
Soma	11.898.801	13.019.176	43,14	100	9.328.742	10.384.943	36,23	79,77
Realizável a Longo Prazo								
Créditos Diversos	1.197.105	1.309.823	4,34	100	1.351.742	1.504.786	5,25	114,88
Créditos com Clientes	66.159	72.388	0,24	100	61.257	68.193	0,24	94,20
Soma	1.263.264	1.382.211	4,58	100	1.412.999	1.572.979	5,49	113,80
Permanente								
Investimentos	2.377.274	2.601.115	8,62	100	1.726.934	1.922.458	6,71	73,91
Imobilizado	10.339.709	11.313.282	37,49	100	11.561.652	12.870.663	44,90	113,77
Intangível	1.701.005	1.861.169	6,17	100	1.717.006	1.911.406	6,67	1,03
Soma	14.417.988	15.775.567	52,28	100	15.005.592	16.704.527	58,28	105,89
TOTAL DO ATIVO	27.580.053	30.176.954	100,00	100	25.747.333	28.662.449	100,00	94,98

PASSIVO	31/12/2008				31/12/2009			
	Valor Original	Correção IGPM	AV%	AH%	Valor Original	Correção IGPM	AV%	AH%
	Valor Original	Correção IGPM	AV%	AH%	Valor Original	Correção IGPM	AV%	AH%
Fornecedores	1.102.405	1.102.405	3,65	100	815.286	907.593	3,17	82,33
Empréstimos bancários	1.059.491	1.159.251	3,84	100	734.605	817.777	2,85	70,54
Outras obrigações	2.257.894	2.470.494	8,19	100	1.687.926	1.879.033	6,56	76,06
Soma	4.419.790	4.835.952	16,03	100	3.237.817	3.604.403	12,58	74,53
Exigível a Longo Prazo								
Financiamento Bancário	4.502.920	4.926.909	16,33	100	3.684.531	4.101.694	14,31	0,00
Provisões/Outros	3.541.859	3.875.356	12,84	100	3.250.781	3.618.835	12,63	93,38
Soma	8.044.779	8.802.265	29,17	100	6.935.312	7.720.529	26,94	87,71
Patrimônio Líquido								
Capital e Reservas	15.115.484	16.538.738	54,81	100	15.574.204	17.337.517	60,49	104,83
Lucros Acumulados	-	-	0,00	100	-	-	0,00	0,00
Soma	15.115.484	16.538.738	54,81	100	15.574.204	17.337.517	60,49	104,83
TOTAL DO PASSIVO	27.580.053	30.176.954	100	100	25.747.333	28.662.449	100,00	94,98

DRE	DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO							
	31/12/2008				31/12/2009			
	Valor Original	Correção IGPM	AV%	AH%	Valor Original	Correção IGPM	AV%	AH%
Receita Bruta	21.181.503	23.175.925	134,86	100	14.829.717	16.508.739	135,75	71,23
Deduções	(5.474.974)	(5.990.490)	-34,86	100	(3.905.577)	(4.347.767)	-35,75	72,58
Imposto sobre receita	(5.474.974)	(5.990.490)	-34,86	100	(3.905.577)	(4.347.767)	-35,75	72,58
Receita Líquida	15.706.529	17.185.435	100,00	100	10.924.140	12.160.972	100,00	70,76
CPV	(9.698.386)	(10.611.573)	-61,75	100	(8.843.478)	(9.844.738)	-80,95	92,77
Lucro Bruto	6.008.143	6.573.862	38,25	100	2.080.662	2.316.235	19,05	35,23
Despesas operacionais	(2.218.010)	(2.426.855)	-14,12	100	(358.084)	(398.626)	-3,28	16,43
De vendas	(254.011)	(277.928)	-1,62	100	(284.139)	(316.309)	-2,60	113,81
Administrativas/Gerais	(357.043)	(390.662)	-2,27	100	(456.304)	(507.967)	-4,18	130,03
Outras Despesas Operacionais	(419.055)	(458.513)	-2,67	100	(421.178)	(468.864)	-3,86	102,26
Financeiras	(1.187.901)	(1.299.752)	-7,56	100	803.537	894.514	7,36	-68,82
Lucro Operacional	3.790.133	4.147.007	24,13	100	1.722.578	1.917.608	15,77	46,24
Resultado não operacional	457.882	500.996	2,92	100	187.558	186.529	1,53	0,00
Lucro Antes do IR	4.248.015	4.648.002	27,05	100	1.890.136	2.104.137	17,30	45,27
Provisão para IR/cont. Social	(1.008.222)	(1.103.155)	-6,42	100	(544.127)	(605.733)	-4,98	54,91
Participações/Contr. Estatutárias	-	-	0,00	100	-	-	0,00	0,00
Lucro Líquido	3.239.793	3.544.848	20,63	100	1.346.009	1.498.404	12,32	42,27

## RECLASSIFICAÇÃO PARA AS ANÁLISES

IGP-M INDICE PARA 2008	990,3707
IGP-M INDICE PARA 2009	973,4128
IGP -M INDICE PARA 2010	1.083,62
VARIACAO IGPM 2008/2010	1,0942
VARIACAO IGMP 2009/2010	1,1132

BALANÇO PATRIMONIAL								
ATIVO	31/12/2008				31/12/2009			
	Valor Original	Correção IGPM	AV%	AH%	Valor Original	Correção IGPM	AV%	AH%
<b>CIRCULANTE</b>								
DISPONIVEL	2.924.241	3.199.584	10,56	100	2.053.372	2.285.855	7,94	71,44
VALORES REALIZ. CURTO PRAZO	3.790.157	4.147.033	13,69	100	3.549.260	3.951.108	13,73	95,28
Estoque	5.082.053	5.560.572	18,36	100	3.637.203	4.049.008	14,07	72,82
<b>Soma</b>	<b>11.796.451</b>	<b>12.907.189</b>	<b>42,61</b>	<b>100</b>	<b>9.239.835</b>	<b>10.285.970</b>	<b>35,74</b>	<b>79,69</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>								
Créditos Diversos	866.372	947.948	3,13	100	1.058.703	1.178.569	4,09	124,33
Créditos com Clientes	66.159	72.388	0,24	100	61.257	68.193	0,24	94,20
<b>Soma</b>	<b>932.531</b>	<b>1.020.337</b>	<b>3,37</b>	<b>100</b>	<b>1.119.960</b>	<b>1.246.762</b>	<b>4,33</b>	<b>122,19</b>
<b>Permanente</b>								
Investimentos	2.457.076	2.688.431	8,88	100	1.806.734	2.011.293	6,99	74,81
Imobilizado	10.776.870	11.791.606	38,93	100	11.950.117	13.303.111	46,22	112,82
Intangível	1.721.492	1.883.585	6,22	100	1.737.495	1.934.214	6,72	1,03
<b>Soma</b>	<b>14.955.438</b>	<b>16.363.622</b>	<b>54,02</b>	<b>100</b>	<b>15.494.346</b>	<b>17.248.617</b>	<b>59,93</b>	<b>105,41</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>27.684.420</b>	<b>30.291.149</b>	<b>100,00</b>	<b>100</b>	<b>25.854.141</b>	<b>28.781.350</b>	<b>100,00</b>	<b>95,02</b>

PASSIVO	31/12/2008				31/12/2009			
	Valor Original	Correção IGPM	AV%	AH%	Valor Original	Correção IGPM	AV%	AH%
<b>Fornecedores</b>	<b>1.102.405</b>	<b>1.206.206</b>	<b>3,98</b>	<b>100</b>	<b>815.286</b>	<b>907.593</b>	<b>3,15</b>	<b>75,24</b>
Empréstimos bancários	1.059.491	1.159.251	3,83	100	734.605	817.777	2,84	70,54
Outras obrigações	1.838.267	2.011.356	6,64	100	1.486.136	1.654.396	5,75	82,25
<b>Soma</b>	<b>4.000.163</b>	<b>4.376.813</b>	<b>14,45</b>	<b>100</b>	<b>3.036.027</b>	<b>3.379.766</b>	<b>11,74</b>	<b>77,22</b>
<b>Exigível a Longo Prazo</b>								
Financiamento Bancário	4.502.920	4.926.909	16,27	100	3.684.531	4.101.694	14,25	0,00
Provisões/Outros	3.201.573	3.503.029	11,56	100	2.964.054	3.299.645	11,46	94,19
<b>Soma</b>	<b>7.704.493</b>	<b>8.429.938</b>	<b>27,83</b>	<b>100</b>	<b>6.648.585</b>	<b>7.401.338</b>	<b>25,72</b>	<b>87,80</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>								
Capital e Reservas	15.197.249	16.628.202	54,89	100	15.615.481	17.383.467	60,40	104,54
Lucros Acumulados	782.515	856.196	2,83	100	554.048	616.777	2,14	0,00
<b>Soma</b>	<b>15.979.764</b>	<b>17.484.398</b>	<b>57,72</b>	<b>100</b>	<b>16.169.529</b>	<b>18.000.245</b>	<b>62,54</b>	<b>102,95</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>27.684.420</b>	<b>30.291.149</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>25.854.141</b>	<b>28.781.350</b>	<b>100,00</b>	<b>95,02</b>

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO								
DRE	31/12/2008				31/12/2009			
	Valor Original	Correção IGPM	AV%	AH%	Valor Original	Correção IGPM	AV%	AH%
<b>Receita Bruta</b>	<b>21.181.503</b>	<b>23.175.925</b>	<b>134,86</b>	<b>100</b>	<b>14.829.717</b>	<b>16.508.739</b>	<b>135,75</b>	<b>71,23</b>
Deduções	(5.474.974)	(5.990.490)	-34,86	100	(3.905.577)	(4.347.767)	-35,75	72,58
Imposto sobre receita	(5.474.974)	(5.990.490)	-34,86	100	(3.905.577)	(4.347.767)	-35,75	72,58
<b>Receita Líquida</b>	<b>15.706.529</b>	<b>17.185.435</b>	<b>100,00</b>	<b>100</b>	<b>10.924.140</b>	<b>12.160.972</b>	<b>100,00</b>	<b>70,76</b>
CPV	(9.810.088)	(10.733.793)	-62,46	100	-9.440.282	(10.509.112)	-86,42	97,91
<b>Lucro Bruto</b>	<b>5.896.441</b>	<b>6.451.642</b>	<b>37,54</b>	<b>100</b>	<b>1.483.858</b>	<b>1.651.861</b>	<b>13,58</b>	<b>25,60</b>
Despesas operacionais	(1.678.424)	(1.836.462)	-10,69	100	75.874	84.464	0,69	-4,60
De vendas	(254.011)	(277.928)	-1,62	100	(284.139)	(316.309)	-2,60	113,81
Administrativas/Gerais	(357.043)	(390.662)	-2,27	100	(456.304)	(507.967)	-4,18	130,03
Outras Despesas Operacionais	120.531	131.880	0,77	100	247.619	275.654	2,27	209,02
Financeiras	(1.187.901)	(1.299.752)	-7,56	100	568.698	633.086	5,21	-48,71
<b>Lucro Operacional</b>	<b>4.218.017</b>	<b>4.615.180</b>	<b>26,86</b>	<b>100</b>	<b>1.559.732</b>	<b>1.736.325</b>	<b>14,28</b>	<b>37,62</b>
Resultado não operacional	457.882	500.996	2,92	100	167.558	186.529	1,53	0,00
<b>Lucro Antes do IR</b>	<b>4.675.899</b>	<b>5.116.175</b>	<b>29,77</b>	<b>100</b>	<b>1.727.290</b>	<b>1.922.854</b>	<b>15,81</b>	<b>37,58</b>
Provisão para IR/cont. Social	(1.119.604)	(1.225.024)	-7,13	100	(488.760)	(544.097)	-4,47	44,42
Participações/Contr. Estatutárias	-	-	0,00	100	-	-	0,00	0,00
<b>Lucro Líquido</b>	<b>3.556.295</b>	<b>3.891.151</b>	<b>22,64</b>	<b>100</b>	<b>1.238.530</b>	<b>1.378.756</b>	<b>11,34</b>	<b>35,43</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS – USIMINAS DO EXERCÍCIO DE 2009

[...]

### 40 Base da transição para o IFRS

#### 40.1 Aplicação do IFRS 1

As demonstrações financeiras consolidadas das Empresas Usiminas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, são as primeiras demonstrações financeiras em conformidade com os IFRSs. As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 também foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") as quais foram arquivadas junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Em 2008, após a promulgação da Lei nº 11.638/07, as práticas contábeis adotadas no Brasil sofreram substanciais modificações, com o intuito de alinhar os BR GAAP aos IFRS.

As reconciliações apresentadas na Nota 40.2 conciliam as demonstrações financeiras consolidadas divulgadas anteriormente de acordo com os BR GAAP, em 31 de dezembro de 2009, com os correspondentes valores calculados em consonância com os IFRS. As reconciliações entre os valores constantes das demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com os BR GAAP, com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, e os IFRS estão apresentadas na Nota 40.3.

As práticas contábeis descritas na Nota 2 foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, nas informações comparativas apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e na elaboração do balanço patrimonial inicial de acordo com os IFRS, em 1º de janeiro de 2008.

Na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o IFRS 1, as Empresas Usiminas aplicaram as exceções obrigatórias e algumas das isenções opcionais à aplicação retroativa completa dos IFRS, como exposto no IFRS 1.

#### 40.2 Isenções da aplicação retrospectivas completas – escolhidas pela Companhia

A companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

##### (a) Isenção de combinação de negócios

A Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e, assim sendo não reprocessou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2008, data de transição. Dessa forma, os ágios oriundos de aquisições anteriores a essa data foram mantidos pelos saldos líquidos de amortização apurados em 31 de dezembro de 2007, de acordo com as práticas contábeis do Brasil, sendo o seu saldo testado para impairment.

##### (b) Isenção do ajuste acumulado de conversão

A USIMINAS optou por zerar os ajustes acumulados de conversão na data de transição para IFRS, decorrentes de conversão de demonstrações financeiras de investidas com moeda funcional diferente da moeda de relatório da Companhia, contra lucros acumulados no balanço de abertura. A partir da data de transição do IFRS, a Companhia reconheceu os ajustes de conversão diretamente em conta específica do patrimônio líquido.

**(c) Isenção do benefício a empregados**

As Empresas Usiminas optaram por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos do passado corrente de planos de benefícios a empregados na data de transição para os IFRS contra lucros acumulados. A partir desta data, as Empresas Usiminas reconhecem os ganhos e perdas atuariais seguindo a regra do corredor, ou seja, os ganhos e perdas somente serão reconhecidos na extensão que superarem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado.

**(d) Isenção referente a ativos e passivos de controladas, coligadas e joint ventures**

Exceto pela coligada Ternium que já prepara suas demonstrações financeiras em IFRS, as demais controladas diretas, indiretas e em conjunto e coligadas da Companhia, na data de transição, não apresentam Demonstrações Financeiras em IFRS. A Companhia optou por adotar a mesma data de transição para IFRS, para todas as suas controladas diretas, indiretas e em conjunto e coligadas que não preparam suas demonstrações financeiras em IFRS.

**(e) Isenção referente à designação de ativos e passivos financeiros**

As Empresas Usiminas optaram por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com IAS 32 e IAS 39 na data de transição do IFRS. Não foram realizadas análises retroativas à data original de contratação dos instrumentos financeiros vigentes na data de transição para IFRS. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados na data de contratação das operações.

**(f) Isenção referente a arrendamentos**

As Empresas Usiminas consideraram contratos que possam conter arrendamento considerando os fatos e circunstâncias existentes na data de transição para IFRS. Os impactos identificados foram considerados no saldo de abertura para fins de IFRS.

**(g) Isenção referente custos de empréstimos e financiamentos**

As isenções opcionais remanescentes não se aplicam às Empresas Usiminas:

- O pagamento baseado em ações (IFRS 2), pois não é aplicável às Empresas Usiminas;
- Os contratos de seguro (IFRS 4), pois a Companhia não assinou novos contratos de seguro para os exercícios de 2008 e 2009;
- Instrumentos financeiros compostos porque as Empresas Usiminas não tem saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição para o IFRS;

- Passivos para restauração incluídos no custo de terrenos, edifícios e equipamentos, já que as Empresas Usiminas não possuíam quaisquer passivos deste tipo na data de transição; e
- Ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com o IFRIC 12, já que as Empresas Usiminas não possuem contratos firmados sob o escopo do IFRIC 12.
- As Empresas Usiminas já adotavam a prática de capitalizar os custos relacionados a empréstimos e financiamentos para as obras em andamento dessa forma, essa isenção não se aplica.
- As Empresas Usiminas optaram por não remensurar seus ativos imobilizados na data de transição pelo valor justo, optando por manter o custo de aquisição adotado no BRGAAP como valor de imobilizado, corrigido monetariamente de acordo com o estabelecido no IAS 21 e IAS 29.

### **40.3 Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela companhia**

A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva.

#### **(a) Exceção referente à baixa de ativos e passivos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros baixados antes de 1º de janeiro de 2008 como resultado de transações ocorridas antes de 1º de janeiro de 2004 não foram revistos de acordo com o IFRS. A aplicação desta exceção não teve impacto significativo sobre as presentes demonstrações financeiras consolidadas.

#### **(b) Exceção referente a estimativas**

As estimativas de acordo com os IFRS em 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2008 e 2009 são consistentes com as estimativas realizadas para essas mesmas datas em conformidade com os BR GAAP.

#### **(c) Exceção referente acionistas não-controladores**

A participação dos acionistas não-controladores foi reconhecida de acordo com o IAS 27 a partir da data de transição para os IFRS.

As outras exceções obrigatórias no IFRS 1 não se aplicam, pois não houve diferenças significativas com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil nessas áreas:

- Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas; e
- Contabilização de hedge (IAS 39).

### **40.4 Diferenças entre BR GAAP e IFRS**

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.



**(a) Imobilizado - hiperinflação 1996 e 1997**

A contabilização de economia hiper-inflacionária, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi aplicada em linha com o IAS 29 durante o período em que o país se enquadrava como economia hiper-inflacionária, para fins locais, até 1995. Entretanto, de acordo com o IFRS, a economia brasileira ainda se enquadrava na definição de hiper-inflacionária nos exercícios de 1996 e 1997. O efeito do reconhecimento desses dois períodos adicionais reflete um aumento no imobilizado no montante de R\$ 494.579 em 1º de janeiro de 2008 e de R\$ 437.161 e R\$388.466 em 31 de dezembro de 2008 e 2009, respectivamente. Em decorrência deste ajuste de imobilizado houve também uma redução da despesa de depreciação em R\$ 43.601 e R\$50.411 em 31 de dezembro de 2009 e 2008, respectivamente.

**(b) Ágio**

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o ágio vinha sendo amortizado por um prazo correspondente a estimativa de sua recuperação econômica. De acordo com o IFRS, o ágio não deve ser amortizado, mas ter seu valor de recuperação avaliado anualmente. A amortização referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foi de R\$ 100.289. Não há ajustes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, pois o ágio deixou de ser amortizado em BR GAAP.

**(c) Gastos pré-operacionais**

Até 31 de dezembro de 2008, nos termos do BR GAAP as Empresas Usiminas adotavam como prática contábil a capitalização de gastos pré-operacionais no grupo de ativo diferido. O IFRS determina que gastos pré-operacionais que não possam ser atribuídos ao custo de bens do ativo imobilizado ou à formação de ativos intangíveis, devem ser lançados como despesa imediatamente. Dessa forma, o saldo de R\$ 18.921 foi ajustado no resultado de 2008. Não há ajustes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2009, pois o ativo diferido já estava ajustado em BR GAAP.

**(d) Imposto e contribuição social**

As mudanças nos impostos e contribuições sociais diferidos representam os efeitos do imposto diferido nos ajustes necessários para a transição para o IFRS e totalizavam um imposto diferido passivo no valor de R\$161.724, R\$ 27.106 e R\$217.739 em 1º de janeiro de 2008 e em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2009 respectivamente. O ajuste no resultado foi uma despesa de R\$111.382 e uma receita de R\$55.367 nos exercícios de 2008 e 2009, respectivamente.

**(e) Juros sobre capital próprios e dividendos**

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os juros sobre o capital próprio e os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com a IAS 10, os dividendos são somente reconhecidos quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório, somente é reconhecido quando declarado. O montante de R\$296.288 refere-se aos dividendos reconhecidos acima do dividendo mínimos obrigatórios declarados após 1º de janeiro de

2008. Da mesma forma, o montante de R\$72.367 e R\$233.844 em 31 de dezembro de 2009 e 2008 foram também ajustados para reconhecimento no ano seguinte.

**(f) Divulgação de informações por segmento**

O IFRS 8 – Segmentos Operacionais define segmentos operacionais como componentes de uma empresa para os quais existem informações financeiras separadas e que são periodicamente analisados para avaliação de desempenho e alocação de recursos. É requerida a divulgação, para cada segmento operacional, de medidas de lucro ou prejuízo, total do ativo e outras informações relacionadas. O IFRS 8 requer que os dados de segmentos sejam apresentados de acordo com as informações internas usadas pela administração para a tomada de decisões operacionais, incluindo a alocação de recursos e o desempenho de segmentos. Além disso, essa norma requer a divulgação anual de informações relativas a receitas provenientes dos produtos ou serviços da empresa, países em que as receitas ou os ativos são gerados e principais clientes.

Uma alteração na legislação societária brasileira tornou obrigatória a divulgação das informações por segmento a partir de 2010.

**(g) Lucro por ação**

De acordo com os BR GAAP, o lucro líquido (prejuízo) por ação foi apresentado somente nas demonstrações financeiras da controladora, não sendo apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas. O lucro líquido (prejuízo) por ação foi calculado sobre a quantidade de ações em circulação na data de encerramento do exercício. Foram divulgadas informações por lote de mil ações que, em geral, é a quantidade mínima de ações que pode ser negociada nas bolsas de valores brasileiras.

Em conformidade com os IFRS, o lucro por ação é apresentado com base no lucro líquido (prejuízo) consolidado das Empresas Usiminas, levando em conta a quantidade média de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações dessa forma não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

**(h) Benefícios de Aposentadoria**

O passivo atuarial conforme a Instrução CVM 371 diverge do cálculo conforme IAS 19, e gerou ajustes no valor de R\$251.942 e R\$366.092 no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 e 2008, respectivamente. O ajuste no resultado foi de R\$114.150 (despesa) e R\$366.092 (receita) em 31 de dezembro de 2009 e 2008, respectivamente.

Os ajustes são principalmente relacionados com as dívidas contratadas entre a Companhia e os planos de pensão CAIXA e FEMCO. Anteriormente o valor inteiro da dívida foi reconhecida como passivo quando seu valor era maior que o déficit no plano. Agora a dívida contratada é analisada no contexto da irrecuperabilidade do eventual superávit que será gerado quando a dívida for liquidada.

**(i) Reclassificações**

Conforme os BR GAAP, a classificação de alguns itens do balanço difere dos IFRS. As reclassificações podem ser assim resumidas:

- De acordo com os BR GAAP, caixa e equivalentes de caixa compreendem principalmente depósitos a vista e títulos negociáveis de alta liquidez, mas não existe nenhuma exigência de que existam variações potenciais insignificantes no valor devido a flutuações de taxas de juros, e tampouco que o vencimento original seja em até 90 dias. De acordo com os IFRS, algumas das aplicações em CDB têm vencimento original superior a 90 dias. Assim, em conformidade com os IFRS, tais investimentos foram classificados como títulos e valores mobiliários (ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado) no balanço patrimonial.
- Conforme os BR GAAP, os impostos de renda diferidos não são compensados e os ativos são apresentados separadamente dos passivos. Para fins de IFRS, os impostos diferidos ativos e passivos são compensados entre si e classificados como não correntes com base na classificação da correspondente diferença temporária quando houver o direito legal de compensação.
- Alguns outros valores relativos a contas a receber e a pagar, passivos financeiros, receitas e despesas operacionais, que foram anteriormente apresentados, em conformidade com os BR GAAP, no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado, foram agrupados nas correspondentes demonstrações financeiras pelos IFRS e são mostrados separadamente nas notas explicativas.
- Os custos de ociosidade alocados no BR GAAP nas despesas operacionais, foram reclassificados para os custos das vendas, para melhor refletir as regras do IAS 2.

#### (j) **Fluxo de Caixa**

O fluxo de caixa apresentado no BR GAAP é similar ao fluxo de caixa apresentado em IFRS exceto pelas principais diferenças que podem ser assim resumidas:

- Depreciação e amortização no valor de R\$43.601 mil e R\$50.411 mil em 31 de dezembro de 2009 e 2008, respectivamente;
- Reversão da baixa do ativo diferido no valor de R\$18.921 mil em 31 de dezembro de 2008, conforme nota 40.4(c) acima;
- Amortização de ágio no valor de R\$100.289mil em 31 de dezembro de 2008;
- Efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes citados acima no valor de R\$55.367 mil (receita) e R\$111.382 (despesa) mil em 31 de dezembro de 2009 e 2008, respectivamente;
- Ajuste no lucro líquido no valor de R\$107.478 mil (despesa) e R\$316.502 mil (receita) em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

## Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009

		(a)	(b)	(d)	(e)	(h)			
	BR GAAP	Imobilizado hiperinflação 1996 e 1997	Ágio e deságio	Imposto de renda e contribuição social	Dividendos	Benefícios de Aposentadoria	Reclassificação	Efeito total na mudança para IFRS	IFRS
ATIVO									
<u>Circulante</u>									
Caixa e equivalentes de caixa	2.053.372								2.053.372
Títulos e valores mobiliários	1.029.675								1.029.675
Contas a receber de clientes	1.793.143						5.247	5.247	1.798.390
Estoques	3.637.203								3.637.203
Impostos a recuperar	434.756								434.756
Demais contas a receber	380.593						(94.154)	(94.154)	286.439
	9.328.742						(88.907)	(88.907)	9.239.835
<u>Não circulante</u>									
Imposto de renda e contribuição social diferidos	580.908			(217.738)			(75.301)	(293.039)	287.869
Depósitos Judiciais	315.038								315.038
Instrumentos Financeiros derivativos	184.423								184.423
Impostos a recuperar	271.373								271.373
Demais contas a receber	61.257								61.257
Investimentos em coligadas	1.726.934		79.800					79.800	1.806.734
Imobilizado	11.561.652	388.465						388.465	11.950.117
Intangível	1.717.006		20.489					20.489	1.737.495
	16.418.591	388.465	100.289	(217.738)			(75.301)	195.715	16.614.306
TOTAL DO ATIVO	25.747.333	388.465	100.289	(217.738)			(164.208)	106.808	25.854.141
PASSIVO									
<u>Circulante</u>									
Fornecedores, empreiteiros e fretes	815.286								815.286
Empréstimos e financiamentos	734.605								734.605
Debêntures	18.669								18.669
Adiantamento de Clientes	197.545								197.545
Salários e encargos sociais	206.519								206.519
Imposto de renda e contribuição social	50.540						(41.153)	(41.153)	9.387
Dividendos e JSCP a pagar	383.119				(72.367)			(72.367)	310.752
Instrumentos financeiros derivativos	66.029								66.029
Demais contas a pagar	765.505						(88.270)	(88.270)	677.235
	3.237.817				(72.367)		(129.423)	(201.790)	3.036.027

Não circulante

Empréstimos e financiamentos

Debêntures

Tributos parcelados

Provisão para contingências

Provisão para passivo ambiental

Benefícios de aposentadoria

Instrumentos financeiros

derivativos

Imposto de renda e contribuição

social diferidos

Demais contas a pagar

TOTAL DO PASSIVO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Reservas de Lucros

Outras reservas

Lucros acumulados

Patrimônio Líquido dos acionistas

controladores

Participação dos não-controladores

TOTAL DO PASSIVO E DO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	(a) Imobilizado hiperinflação 1996 e 1997	(b) Ágio e deságio	(d) Imposto de renda e contribuição social	(e) Dividend os	(h) Benefícios de Aposentadori a	Reclassificaçã o	Efeito total na mudança para IFRS	IFRS
BR GAAP								
Empréstimos e financiamentos	3.684.531							3.684.531
Debêntures	1.100.000							1.100.000
Tributos parcelados	85.859							85.859
Provisão para contingências	373.709							373.709
Provisão para passivo ambiental	90.482							90.482
Benefícios de aposentadoria	1.162.793				(251.942)	93.517	(158.425)	1.004.368
Instrumentos financeiros								
derivativos	247.264							247.264
Imposto de renda e contribuição	128.302					(128.302)	(128.302)	
social diferidos								
Demais contas a pagar	62.372							62.372
	6.935.312				(251.942)	(34.785)	(286.727)	6.648.585
TOTAL DO PASSIVO	10.173.129			(72.367)	(251.942)	(164.208)	(488.517)	9.684.612
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital Social	12.150.000							12.150.000
Reservas de Lucros	3.273.751					41.277	41.277	3.315.028
Outras reservas	(204.953)							(204.953)
Lucros acumulados		388.465	100.289	(217.738)	72.367	251.942	(41.277)	554.048
Patrimônio Líquido dos acionistas								
controladores	15.218.798	388.465	100.289	(217.738)	72.367	251.942	595.325	15.814.123
Participação dos não-controladores	355.406							355.406
	15.574.204	388.465	100.289	(217.738)	72.367	251.942	595.325	16.169.529
TOTAL DO PASSIVO E DO	25.747.333	388.465	100.289	(217.738)		(164.208)	106.808	25.854.141
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								

## Conciliação do lucro líquido em 31 de dezembro de 2009

		(a)	(b)	(d)	(e)	(h)	Efeito total na mudança para IFRS	
	BR GAAP	Imobilizado hiperinflação 1996 e 1997	Ágio e deságio	Imposto de renda e contribuição social	Dividendos	Benefícios de Aposentadoria	Reclassificação	IFRS
Receita líquida de vendas e serviços	10.924.140							10.924.140
Custos das vendas e serviços	(8.843.478)	(48.696)					(548.108) (596.804)	(9.440.282)
Lucro bruto	2.080.662	(48.696)					(548.108) (596.804)	1.483.858
Despesas com vendas	(284.139)							(284.139)
Despesas gerais e administrativas	(456.304)							(456.304)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(421.178)					(114.150)	782.947 668.797	247.619
Lucro operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias	919.041	(48.696)				(114.150)	234.839 71.993	991.034
Resultado financeiro, líquido	803.537						(234.839) (234.839)	568.698
Equivalência patrimonial em coligadas	167.558							167.558
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.890.136	(48.696)				(114.150)	(162.846)	1.727.290
Imposto de renda e contribuição social	(544.127)			55.367			55.367	(488.760)
Lucro líquido do exercício, tudo das operacionais continuadas	1.346.009	(48.696)		55.367		(114.150)	(107.479)	1.238.530
Atribuível a:								
Acionistas da Companhia	1.343.580	(48.696)		55.367		(114.150)	(107.479)	1.236.101
Participação dos não-controladores	2.429							2.429

## Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008

		(a)	(b)	(d)	(e)	(h)		Efeito total na mudança para IFRS	
	BR GAAP	Imobilizado hiperinflação 1996 e 1997	Ágio e deságio	Imposto de renda e contribuição social	Dividendos	Benefícios de Aposentadoria	Outros	Reclassificação	IFRS
ATIVO									
<u>Circulante</u>									
Caixa e equivalentes de caixa	2.924.241								2.924.241
Títulos e valores mobiliários	1.083.763								1.083.763
Contas a receber de clientes	1.539.271						559	559	1.539.830
Estoques	5.082.053								5.082.053
Impostos a recuperar	512.774								512.774
Demais contas a receber	756.699							(102.909)	653.790
	<b>11.898.801</b>						<b>559</b>	<b>(102.909)</b>	<b>11.796.451</b>
<u>Não circulante</u>									
Imposto de renda e contribuição social diferidos	781.345			(273.106)				(57.627)	450.612
Depósitos Judiciais	210.994								210.994
Instrumentos financeiros derivativos	18.233								18.233
Impostos a recuperar	186.533								186.533
Demais contas a receber	66.159								66.159
Investimentos em coligadas	2.377.274		79.802					79.802	2.457.076
Imobilizado	10.339.709	437.161						437.161	10.776.870
Intangível	1.701.005		20.487					20.487	1.721.492
	<b>15.681.252</b>	<b>437.161</b>	<b>100.289</b>	<b>(273.106)</b>				<b>(57.627)</b>	<b>15.887.969</b>
TOTAL DO ATIVO	<b>27.580.053</b>	<b>437.161</b>	<b>100.289</b>	<b>(273.106)</b>			<b>559</b>	<b>(160.536)</b>	<b>27.684.420</b>

		(a)	(b)	(d)	(e)	(h)			Efeito total na mudança para IFRS	
	BR GAAP	Imobilizado hiperinflação 1996 e 1997	Ágio e deságio	Imposto de renda e contribuição social	Dividendos	Benefícios de Aposentadoria	Outros	Reclassificação		IFRS
PASSIVO										
<u>Circulante</u>										
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.102.405									1.102.405
Empréstimos e financiamentos	1.059.491									1.059.491
Debêntures	28.851									28.851
Adiantamentos de clientes	205.419									205.419
Salários e encargos sociais	207.812									207.812
Imposto de renda e contribuição social	536.789							(92.035)	(92.035)	444.754
Dividendos e JSCP a pagar	612.569				(233.844)				(233.844)	378.725
Instrumentos financeiros derivativos	181.736									181.736
Demais contas a pagar	484.718						559	(94.307)	(93.748)	390.970
	4.419.790				(233.844)		559	(186.342)	(419.627)	4.000.163
<u>Não circulante</u>										
Empréstimos e financiamentos	4.502.920									4.502.920
Debêntures	1.100.000									1.100.000
Imposto de renda e contribuição social	68.501							(68.501)	(68.501)	
Tributos parcelados	94.885									94.885
Provisão para contingências	654.629									654.629
Provisão para recuperação ambiental	76.800									76.800
Benefícios de aposentadoria	1.354.510					(366.092)		94.307	(271.785)	1.082.725
Instrumentos financeiros derivados	143.636									143.636
Demais contas a pagar	48.898									48.898
	8.044.779					(366.092)		25.806	(340.286)	7.704.493
TOTAL DO PASSIVO	12.464.569				(233.844)	(366.092)	559	(160.536)	(759.913)	11.704.656
PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Capital social	12.150.000									12.150.000
Reservas de Lucro	2.398.913							81.765	81.765	2.480.678
Outras reservas	480.030									480.030
Lucros acumulados		437.161	100.289	(273.106)	233.844	366.092		(81.765)	782.515	782.515
Patrimônio Líquido dos acionistas controladores	15.028.943	437.161	100.289	(273.106)	233.844	366.092			864.280	15.893.223
Participação dos não-controladores	86.541									86.541
	15.115.484	437.161	100.289	(273.106)	233.844	366.092			864.280	15.979.764
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO	27.580.053	437.161	100.289	(273.106)			559	(160.536)	104.367	27.684.420



## Conciliação do lucro líquido em 31 de dezembro de 2008

		(a)	(b)	(c)	(d)	(h)		
	BR GAAP	Imobilizado hiperinflação 1996 e 1997	Ágio e deságio	Gastos Pré- operacionais	Imposto de renda e contribuição social	Benefícios de Aposentadoria	Reclassificação	Efeito total na mudança para IFRS
Receita líquida de vendas e serviços	15.706.529							15.706.529
Custos das vendas e serviços	(9.698.386)	(57.418)					(54.284)	(111.702)
Lucro bruto	6.008.143	(57.418)					(54.284)	(111.702)
Despesas com vendas	(254.011)							
Despesas gerais e administrativas	(357.043)							
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(419.055)		100.289	18.921		366.092	54.284	539.586
Lucro operacional antes do resultado financeiro e das participações	4.978.034	(57.418)	100.289	18.921		366.092		427.884
Resultado financeiro, líquido	(1.187.901)							
Equivalência patrimonial em coligadas	457.882							
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.248.015	(57.418)	100.289	18.921		366.092		427.884
Imposto de renda e contribuição social	(1.008.222)				(111.382)			(111.382)
Lucro líquido do exercício, tudo das operações continuadas	3.239.793	(57.418)	100.289	18.921	(111.382)	366.092		316.502
Atribuível a:								
Acionistas da Companhia	3.224.433	(57.418)	100.289	18.921	(111.382)	366.092		316.502
Participação dos não-controladores	15.360							